

ISSN 2358-0984



# ANAIIS DE MEDICINA

---

SEMANA ACADÊMICA  
DE MEDICINA

---

14 a 18 de agosto de 2023

© 2023 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.  
editora@unoesc.edu.br

**Editora Unoesc**

Coordenação: Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro  
Revisão metodológica: Paula Stechenski Zaccaron  
Projeto gráfico e capa: Simone Dal Moro  
Diagramação: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S471a	Semana Acadêmica do Curso de Medicina (10 : 2023: 14 a 18 de ago.: Joaçaba, SC). Anais da X Semana Acadêmica do Curso de Medicina / comissão organizadora Maria Esther Duran Traverso, Paula Giovana Kleber, Leandro Giacomello. - Joaçaba, SC: Unoesc, 2023.  ISSN 2358-0984  1. Medicina - Congressos e convenções. I. Traverso, Maria Esther Duran, (org.). II. Kleber, Paula Giovana, (org.). III. Giacomello, Leandro, (org.). Título.  CDD 610.63
-------	--

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

**Comissão Organizadora:**

Maria Esther Duran Traverso  
Paula Giovana Kleber  
Leandro Giacomello

**Comissão Científica (Editores)**

Elcio Luiz Bonamigo  
Leandro Giacomello

**Comissão Avaliadora**

Aline Remor  
Luana Patricia Marmitt  
Marcos Freitas Cordeiro  
Maria Esther Duran Traverso  
Roberto Rheingantz da Cunha Filho

**Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc**

Reitor  
Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi  
Campus de Chapecó  
Carlos Eduardo Carvalho  
Campus de São Miguel do Oeste  
Vitor Carlos D'Agostini  
Campus de Videira  
Carla Fabiana Cazella  
Campus de Xanxerê  
Genesio Téó

Pró-reitora de Ensino  
Lindamir Secchi Gadler

Diretor Executivo  
Jarlei Sartori

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-  
Graduação, Extensão e Inovação  
Kurt Schneider

**A revisão linguística é de responsabilidade dos autores.**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
A ESPOROTRICOSE E O SEU POTENCIAL CONTROLE PELA ABORDAGEM DA SAÚDE ÚNICA .....	7
A ESTIGMATIZAÇÃO DO EXAME DE TOQUE RETAL E SUA INFLUÊNCIA NO DIAGNÓSTICO DE HIPERPLASIA PROSTÁTICA: UM RESUMO BIBLIOGRÁFICO.....	9
A INFLUÊNCIA DO TABAGISMO NO SURGIMENTO DO CÂNCER DE CABEÇA E DE PESCOÇO.....	11
A PERSPECTIVA BIOÉTICA FRENTE À PRÁTICA DA EUTANÁSIA .....	13
A QUEBRA DO SIGILO MÉDICO REFERENTE A PESSOAS QUE VIVEM COM HIV .....	15
A RELEVÂNCIA DO PROTOCOLO SPIKES NA COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS AO PACIENTE.....	17
A RESISTÊNCIA MICROBIANA DE <i>STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE</i> RELACIONADA À PNEUMONIA ADQUIRIDA NA COMUNIDADE.....	19
A RESPONSABILIDADE MÉDICA MEDIANTE O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	21
A RESPONSABILIDADE MÉDICA NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO .....	23
ALTERAÇÕES OFTALMOLÓGICAS PREVALENTES NAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN.....	25
AS CONSEQUÊNCIAS DO USO DO NARGUILÉ NO SISTEMA RESPIRATÓRIO .....	27
AS GRANDES PANDEMIAS AO LONGO DA HISTÓRIA E O SER HUMANO COMO ATOR DO PRÓPRIO CAOS: UM ESTUDO DE REVISÃO .....	29
ASPECTOS BIOÉTICOS DA RETIRADA PRECOCE DAS MAMAS PELA PREDISPOSIÇÃO AO CARCINOMA MAMÁRIO .	31
BIOÉTICA NO USO DE ANIMAIS PARA FINS EDUCACIONAIS E DE PESQUISA .....	33
CÂNCER PULMONAR EM DIFERENTES GRUPOS ETÁRIOS .....	35
CUIDADOS PALIATIVOS E ASPECTOS BIOÉTICOS.....	37
ESTRATÉGIAS FARMACOLÓGICAS NA TERAPÊUTICA DA DOENÇA DE PARKINSON: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	39
ÉTICA E BIOÉTICA NO DIA A DIA DO ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA .....	41
FUMANTES PASSIVOS: ADULTOS E IDOSOS .....	43
IMPACTOS DA OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA NA QUESTÃO DO ABORTO NO BRASIL: UMA REVISÃO .....	45
INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS: LEVANTAMENTO DE LITERATURA SOBRE INTERAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	47
NARGUILÉ E A GESTAÇÃO: OS EFEITOS PRÉ-NATAIS DO TABAGISMO .....	49
O POTENCIAL DIAGNÓSTICO DE CÂNCERES A PARTIR DE SÍNDROMES PARANEÓPLÁSICAS: UM RESUMO INTEGRATIVO .....	50
OS IMPACTOS DO TABAGISMO PASSIVO EM CRIANÇAS .....	52

RELAÇÃO DA PRESENÇA DA BACTÉRIA <i>HELICOBACTER PYLORI</i> COM O SURGIMENTO DE NEOPLASIAS GÁSTRICAS: UMA REVISÃO LITERÁRIA .....	54
RELAÇÃO ENTRE TABACO E DOENÇAS PULMONARES OBSTRUTIVAS CRÔNICAS: ASMA, BRONQUITE E ENFISEMA - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	56
RELAÇÃO MÉDICO-PERICIADO E AS DISSEMELHANÇAS COM A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE .....	58
TABAGISMO: UMA REVISÃO DE SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTANTE E NO FETO.....	60
VIOLAÇÃO DO SIGILO MÉDICO NA CRIMINALIZAÇÃO DA MULHER EM CASOS DE ABORTO AUTOPROVOCADO NO BRASIL.....	62

## APRESENTAÇÃO

O incentivo ao desenvolvimento da escrita acadêmica motivou a publicação da 8ª edição dos Anais de Medicina associada à X Semana Acadêmica do Curso de Medicina. Tratou -se de um esforço conjunto entre coordenação do curso de medicina, professores e revisores com apoio da Editora Unoesc. Nesta edição foram aprovados 30 resumos que trataram basicamente dos seguintes temas: Bacteriologia, Bioética, Ética Médica, Cuidados Paliativos, Farmacologia, Oncologia e Tabagismo. Foi uma oportunidade para que dezenas de graduandos e pós-graduandos, com a orientação de seus professores, apresentassem sua pesquisa e a escrevessem em linguagem científica, colocando em prática a teoria adquirida.

Elcio Luiz Bonamigo



## A ESPOROTRICOSE E O SEU POTENCIAL CONTROLE PELA ABORDAGEM DA SAÚDE ÚNICA

ALVES, L. M.<sup>1</sup>; D'AGOSTINI, F. M.<sup>2</sup>; FERNANDES, L.<sup>2</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; DA CUNHA FILHO, R.R.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A esporotricose é uma micose granulomatosa causada pelo fungo dimórfico *Sporothrix schenckii*, além de outras espécies, como a *S. brasiliensis*, que possui incidência significativa no Brasil (DUARTE; CARVALHO, 2021). Ela é adquirida, geralmente, pela inoculação do fungo através da pele por arranhaduras e mordeduras de, especialmente, gatos infectados, portanto, é uma zoonose (SILVA *et al.*, 2020). **Objetivo:** A presente revisão visa relacionar o conceito de Saúde Única, que se baseia no trinômio humano, veterinário e ambiental, com a emergência da esporotricose. **Metodologia:** Para tanto, foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2010 e 2022, nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, com os seguintes descritores: esporotricose, Saúde Única e zoonose. **Resultados:** A instalação epidemiológica teve seu início no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1998, em que o Instituto de Pesquisas Clínicas Evandro Chagas (IPEC) chegou a registrar 9 casos, subindo para 29 no ano seguinte. Nos anos 2000 o número cresceu, alcançando mais de 900 diagnósticos no ano de 2006, onde a grande maioria dos pacientes relatava contato anterior com um gato infectado (BARROS *et al.*, 2010). A apresentação clínica da doença se dá, usualmente, de forma linfocutânea, seguida da forma cutânea localizada, onde uma lesão surge como pápula que aumenta de tamanho e evolui, podendo apresentar linfangite nodular ascendente. As lesões são majoritariamente ulceradas, por onde sai uma secreção purulenta (BARROS *et al.*, 2010). No caso de imunossuprimidos, as lesões podem ultrapassar a barreira subcutânea e invadir órgãos internos, podendo levar a óbito (FALCÃO *et al.*, 2019). Em felinos, a doença manifesta-se de modo que a carga fúngica elevada nas lesões os torna uma grande fonte de transmissão do *Sporothrix* spp. Além disso, a doença em gatos é de difícil tratamento, criando mais um entrave para a prevenção da micose. O conceito de Saúde Única possui relação direta com a esporotricose pois, como qualquer zoonose, ela depende de um vetor animal para se disseminar. Logo, o papel do veterinário em manter a saúde dos gatos (principalmente) de rua, bem como da comunidade e gestores de proporcionar um ambiente seguro e de fácil controle desses animais, é imprescindível (LANGONI; SILVESTRINI, 2022). A necessidade de multidisciplinaridade entre as políticas públicas de saúde veterinária e humana foi estabelecida no ano de 1990 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), assim, foi reconhecida a relação estreita entre humanos e animais e o seu potencial risco de infecções. Hoje, a esporotricose é a micose subcutânea mais comum no Brasil, com destaque para as regiões sul e sudeste (LANGONI; SILVESTRINI, 2022), mas não é de notificação compulsória em todo o país (FALCÃO *et al.*, 2019). Os locais destacam-se por fatores climáticos sazonais, ao mesmo tempo quente e úmido durante o verão e a primavera. **Conclusão:** Portanto,

apesar de ser uma micose geralmente classificada como de baixa gravidade, está associada com hospitalizações e óbitos, de modo que deve ser observada como uma possível ameaça que pode ser evitada se a comunidade, em conjunto com os serviços de saúde e instituições governamentais, comprometer-se em manter um ambiente de convivência saudável entre pessoas e animais, por meio da notificação compulsória, controle populacional dos gatos de rua e conscientização do público acerca da doença.

Palavras-chave: esporotricose; saúde única; zoonose.

lauren.alves@unoesc.edu.br

## REFERÊNCIAS

BARROS, M. B. L. *et al.* Esporotricose: a evolução e os desafios de uma epidemia. **Rev. Panam Salud Pública**, v. 27, n. 6, p. 455-60, 2010.

DUARTE, T. L.; CARVALHO, G. D. ESPOROTRICOSE NO CONTEXTO DA SAÚDE ÚNICA. *In: II CONGRESSO BRASILEIRO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2021, Diamantina. Anais [...].* Diamantina, 2021. DOI: 10.29327/143026.2-116.

FALCÃO, E. M. M. *et al.* Hospitalizações e óbitos relacionados à esporotricose no Brasil (1992-2015). **Cadernos de saúde pública**, v. 35, n. 4, 2019.

LANGONI, H.; SILVESTRINI, A. Esporotricose: Relato de caso e uma reflexão à luz da Saúde Única. **Pubvet**, v. 16, n. 10, 2022.

SILVA, R. B. da. *et al.* Esporotricose no Brasil: uma doença comum a felinos e humanos - revisão de literatura/Sporotricosis in Brazil: a common disease for felines and humans - literature review. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 3, n. 1, p. 195-199, 2020.



## A ESTIGMATIZAÇÃO DO EXAME DE TOQUE RETAL E SUA INFLUÊNCIA NO DIAGNÓSTICO DE HIPERPLASIA PROSTÁTICA: UM RESUMO BIBLIOGRÁFICO

ALVES, L.<sup>1</sup>; BALBINOT, P.<sup>1</sup>; PADILHA, A. C. <sup>1</sup>; VILAR, G.<sup>2</sup>; MARQUES, R. R.<sup>2</sup>; RAGNINI, J.<sup>2</sup>; ZOLDAN, R.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A Hiperplasia Prostática Benigna (HPB) é uma das principais doenças relacionadas ao envelhecimento masculino e, caso não diagnosticada adequadamente, pode resultar na piora da qualidade de vida do homem. Embora o exame de Toque Retal (TR) seja o principal método de diagnóstico, há ainda baixa adesão pela população alvo devido ao estigma social ligado ao procedimento. **Objetivo:** A presente revisão objetiva evidenciar a íntima relação da não realização de exames preventivos com o preconceito social. **Metodologia:** Foi realizada a busca de artigos nas plataformas Google Acadêmico, SciELO, PUBMED e UNA-SUS, com os seguintes descritores: hiperplasia prostática benigna, toque retal e preconceito. Desta pesquisa, foram selecionados oito artigos publicados entre os anos de 2014 e 2021, que abordavam aspectos relevantes em relação à anatomia prostática e aos estigmas acerca da prevenção por meio do TR. **Resultados:** A próstata é uma glândula, caracterizada como órgão reprodutor acessório, participante da secreção do líquido seminal, localizada inferiormente à bexiga urinária, circundando a uretra prostática e anterior ao reto (MOORE; DALLEY; AGUR, 2019). Por ser facilmente acessada via retal, o exame de TR consiste na introdução do dedo indicador, protegido por luva e lubrificado, no canal anal do paciente a fim de palpá-la e identificar possíveis alterações nessa estrutura. A HPB é caracterizada pelo aumento não cancerígeno da glândula que, quando identificado tardiamente, pode evoluir para estados malignos de neoplasia. Realizar o exame de TR é imprescindível para o diagnóstico precoce dessa patologia, no entanto, os preconceitos atrelados ao ideal de masculinidade, bem como o estigma associado à busca por ajuda médica pela população masculina, impelem essa parcela a se distanciar dos serviços de saúde, o que dificulta o diagnóstico e tratamento do quadro clínico em questão, prejudicando a proteção à saúde do homem, fato que pode ser comprovado por pesquisa realizada pelo Instituto Lado a Lado Pela Vida, no ano de 2019, que aponta que, dentre os atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), 45% nunca foram submetidos ao TR. Sob esse viés, o preconceito atua como um agente condicionante da identidade masculina, inclusive em relação ao cuidado de sua própria saúde, ou, nesse caso, a falta de ações preventivas, sendo esse comportamento construído a partir de um estereótipo de invulnerabilidade, virilidade, força e do que é “ser homem”. Nesse contexto, é nítida a baixa adesão da população masculina à realização do procedimento prostático, pois a promoção de saúde mediante a adoção de ações profiláticas, que claramente poderiam evitar estados graves, como a HPB, não é tida como prática comum entre o grupo. **Conclusão:** Diante desses resultados, é evidente que a saúde do homem ainda está submetida ao senso comum, carregado de preconceitos que interferem profundamente

na adesão ao exame de TR, prejudicando a detecção da hiperplasia prostática benigna, dentre outras patologias. Para tanto, são necessárias medidas baseadas na eliminação de barreiras e constrangimentos sociais que afastam esse contingente do pleno acesso à saúde.

Palavras-chave: Hiperplasia Prostática Benigna; prevenção; toque retal; masculinidade.

guilherme.vilar@unoesc.edu.br

## REFERÊNCIAS

MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 1095 p.

## A INFLUÊNCIA DO TABAGISMO NO SURGIMENTO DO CÂNCER DE CABEÇA E DE PESCOÇO

REBONATTO, D.<sup>1</sup>; MIGON, M. C.<sup>1</sup>; PIRES, A. L.<sup>1</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; MELLO, R. O.<sup>2</sup>  
KASPERBAUER, G.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O câncer de cabeça e pescoço é um termo coletivo utilizado para denominar as neoplasias malignas desenvolvidas nas regiões da cavidade oral e nasal, faringe, laringe, seios paranasais, tireoide e glândulas salivares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022). Considerado um dos cânceres mais comuns no país, é responsável pela morte de cerca de 20 mil brasileiros ao ano (INCA, 2021). Nesse sentido, estima-se que sua alta letalidade esteja atrelada, principalmente, ao diagnóstico tardio e à exposição prolongada do paciente a hábitos de vida considerados como fatores de risco, sendo o principal deles o consumo excessivo de tabaco (OMS, 2023). **Objetivo:** Descrever a relação do consumo do tabaco e o desenvolvimento de neoplasias malignas de cabeça e pescoço. **Metodologia:** Revisão bibliográfica a partir da coleta de dados nos periódicos SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores “câncer de cabeça e pescoço”, “tabagismo” e “câncer bucal”. Foram analisados 10 artigos referentes ao assunto e selecionados os 5 mais pertinentes para a elaboração do trabalho. **Resultados:** De acordo com Vieira, Aguiar, Souza (2014), o desenvolvimento de câncer oral está diretamente atrelado ao consumo de tabaco, mormente em razão das substâncias tóxicas presentes em sua composição. Além disso, fatores como o etilismo e comorbidades associadas também podem influenciar no aparecimento da doença. Em concordância, Silva *et al.* (2021) relata que as chances de desenvolvimento da patologia são consideravelmente aumentadas diante do consumo de tabaco em associação ao etilismo. Os estudos de Silva *et al.* (2020) demonstram, ainda, que o grupo mais acometido pela patologia abrange homens tabagistas com idade média de 57,9 anos. Outras particularidades, como piores condições socioeconômicas e baixo nível de escolaridade dos pacientes, também foram apontadas como importantes fatores de risco para desenvolvimento das neoplasias de cabeça e pescoço (BOING; ANTUNES, 2011). **Conclusão:** Desse modo, é evidente a direta ligação entre consumo de tabaco e os altos índices de neoplasias de cabeça e pescoço existentes no Brasil. Em razão disso, é imprescindível a elaboração de políticas públicas visando à conscientização da população quanto ao tema, bem como investimentos em pesquisas e inovação, possibilitando diagnósticos rápidos que não apenas aumentem as chances de sobrevivência dos pacientes, mas também suas qualidades de vida.

Palavras-chave: tabagismo; câncer bucal; câncer de cabeça e pescoço.

danieli.rebonatto@unoesc.edu.br

## REFERÊNCIAS

BOING, A. F.; ANTUNES, J. L. F. Condições socioeconômicas e câncer de cabeça e pescoço: uma revisão sistemática de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 615-622, fev. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/b5P38NWqdNtnCkPmpNRv9SS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA. Ministério da Saúde. **INCA promove campanha de prevenção ao câncer de cabeça e pescoço**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/canal-de-atendimento/imprensa/releases/2021/inca-promove-campanha-de-prevencao-ao-cancer-de-cabeca-e-pescoco>. Acesso em: 02 maio 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). **Diagnóstico precoce é fundamental no tratamento do câncer de cabeça e pescoço**. 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/18217#:~:text=mulheres%20em%202020.-,Os%20c%C3%A2nceres%20de%20cabe%C3%A7a%20e%20pesco%C3%A7o%20ocorrem%20frequentemente%20em%20homens,para%20o%20c%C3%A2ncer%20de%20orofaringe>. Acesso em: 02 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Saúde bucal**. 14 mar. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/oral-health>. Acesso em: 31 maio 2023.

SILVA, F. A. da; ROUSSENQ, S. C.; TAVARES, M. G. de S.; SOUZA, C. P. F. de; MOZZINI, C. B.; BENNETTI, M.; DIAS, M. Perfil Epidemiológico dos Pacientes com Câncer de Cabeça e Pescoço em um Centro Oncológico no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [s. l.], v. 66, n. 1, p. e-08455, 2020. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/455>. Acesso em: 31 maio. 2023.

SILVA, J. R. T. de C.; DIAS, T. R. da S. da C.; BORGES-PALUCH, L. R.; SOLEDADE, K. R.; BORGES, A. J. da S. O Tabagismo como Fator de Risco para o Câncer Bucal: Principais Evidências e Tendências. **Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, [s. l.], v. 25, n. 5-esp., p. 724-728, 2021. Disponível em: <https://ensaioseciencia.pgsscogna.com.br/ensaioseciencia/article/view/8828>. Acesso em: 31 maio 2023.

VIEIRA, Â. C.; AGUIAR, Z. S. T.; SOUZA, F. V. Tabagismo e sua Relação com o Câncer Bucal: uma revisão de literatura. **Bionorte**, Montes Claros, v. 4, n. 2, p. 9-15, 01 fev. 2014. Disponível em: [https://www.revistabionorte.com.br/artigo\\_no=a11.pdf](https://www.revistabionorte.com.br/artigo_no=a11.pdf). Acesso em: 31 maio 2023.

## A PERSPECTIVA BIOÉTICA FRENTE À PRÁTICA DA EUTANÁSIA

GOBI, F. R. Z.<sup>1</sup>; SILVA, K. G. P.<sup>1</sup>; LEVEK, L. A.<sup>1</sup>; LAZZAROTTO, E. L.<sup>1</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A eutanásia refere-se à abreviação digna da vida com a finalidade de sanar dor e sofrimento de um doente fora de possibilidade de cura. Apesar de jurídica e eticamente não ser aceita no Brasil, continua sendo um dos enfoques dos debates legais e bioéticos. **Objetivo:** Abordar o conceito de eutanásia à luz da bioética frente questões atuais, gerando uma maior compreensão da abreviação da vida e fomentando novos debates. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica mediante busca por artigos em português na base de dados Scielo com os descritores “eutanásia”, “bioética” e “morte”. **Resultados:** Foram encontrados 22 artigos e selecionados 6 publicados entre 2.000 e 2.021. O avanço científico contribuiu para o aumento da longevidade da população e a ilusão da cura em pacientes terminais traz a necessidade do entendimento da terminalidade da vida (COSTA; CALDATO; FURLANETO, 2019). O princípio bioético da autonomia, é um dos principais pilares da relação médico-paciente. Por ser uma prática de abreviação da vida, a eutanásia está intrinsecamente ligada ao direito de o paciente deliberar sobre sua vida e saúde, assim como de decidir se a qualidade da vida tem primazia sobre a vida em si (SIQUEIRA-BATISTA; SCHRAMM, 2004). O fim da vida e a eutanásia são fundamentalmente uma questão humana e tem relação direta com a qualidade de vida e o morrer com dignidade, contudo o debate se sustenta em valores que diferem conforme política, moral, cultura e religião vigentes (CASTRO *et al.*, 2016). No Código Penal Brasileiro não se menciona o termo “eutanásia”, mas o conceito se enquadra no artigo 121 como homicídio privilegiado, muitas vezes praticado por profissionais despreparados, enquanto a discussão permanece em segundo plano, prejudicando os médicos e os pacientes (SIQUEIRA-BATISTA; SCHRAMM, 2005). Para que a autonomia do paciente seja possível e respeitada, é necessário que haja opções de escolha. Entretanto, é preciso que o paciente ainda esteja com condições plenas de escolha, fator que pode ser afetado por quadros em que pacientes já estão sem esperanças de cura. Contra a eutanásia, estão autores que se baseiam no pai da medicina, Hipócrates, que disse: “eu não darei qualquer droga mortal a uma pessoa.” (BUENO; FASSARELLA, 2011). Contudo, a maioria dos profissionais de saúde de uma pesquisa realizada no Meio Oeste de Santa Catarina concordou com a legalização da eutanásia para pacientes terminais (BRANDALISE *et al.*, 2018). Discutir e refletir sobre a moralidade da eutanásia, estabelecendo adequadamente os conceitos, torna-se crucial para um mais amplo exercício da cidadania, bem como para a formação e atuação em saúde (SIQUEIRA-BATISTA; SCHRAMM, 2005). **Conclusão:** Conclui-se que a autonomia do paciente em relação à eutanásia carece de discussões mais aprofundadas. Embora os profissionais de saúde possam concordar com a eutanásia em situações excepcionais, no Brasil

não é ética e legalmente aceitável. Entretanto, a discussão precisa evoluir, abordando aspectos morais, crenças religiosas, valores culturais e sociais da sociedade na qual o indivíduo está inserido. Palavras-chave: eutanásia; fim de vida; morte; autonomia; bioética.

lucas\_levek@hotmail.com

## REFERÊNCIAS

BRANDALISE, Vitor Bastos; REMOR, Aline Pertile; CARVALHO, Diego de; BONAMIGO, Elcio Luiz. Suicídio assistido e eutanásia na perspectiva de profissionais e acadêmicos de um hospital universitário. **Revista Bioética**, v. 26, n. 2, p. 217-227, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bioet/v26n2/1983-8042-bioet-26-02-0217.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

BUENO, Andressa Aline Bernardo; FASSARELLA, Cíntia Silva. Eutanásia: discutindo a relatividade da bioética. **Revista rede de cuidados em saúde**, v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/racs/article/view/1496/786>. Acesso em: 20 set. 2021.

CASTRO, Mariana Parreiras Reis de *et al.* Eutanásia e suicídio assistido em países ocidentais: revisão sistemática. **Revista Bioética**, v. 24, n. 2, p. 355-67, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/DvhJgpN9ykykc9L8cpFtxN/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2021.

COSTA, Tanise Nazaré Maia; CALDATO, Milena Coelho Fernandes; FURLANETO, Ismari Perini. Percepção de formandos de medicina sobre a terminalidade da vida. **Revista Bioética**, v. 27, n. 4, p. 661-673, 2019.

SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; SCHRAMM, Fermin Roland. Conversações sobre a “boa morte”: o debate bioético acerca da eutanásia. **Cadernos de saúde pública**, v. 21, n. 1, p. 111-119, 2005.

SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; SCHRAMM, Fermin Roland. Eutanásia: pelas veredas da morte e da autonomia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 31-41, 2004.

## A QUEBRA DO SIGILO MÉDICO REFERENTE A PESSOAS QUE VIVEM COM HIV

SARTORI, A. J. P.<sup>1</sup>; BOSCO, G. S.<sup>1</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A violação do sigilo somente poderá ser procedida de modo excepcional, buscando-se preservar, na maior medida possível, a intimidade do paciente. O Código de Ética Médica, no artigo 73, traz três exceções para a possibilidade de quebra do sigilo médico, o justo motivo, o dever legal e a justa causa (CFM, 2019; VILAÇA, 2022; MACIEL, 2019). **Objetivo:** Analisar as possíveis situações em que se justifica a quebra do sigilo médico referente a paciente portador de HIV. **Metodologia:** Para a revisão, foram utilizados os descritores “sigilo” “médico” e “hiv” na base de dados Google acadêmico, com filtro para publicações a partir de 2019. Foram selecionados seis artigos com maior relevância para a revisão bibliográfica. **Resultados:** O estigma do HIV/ aids é real, debilitante, e resiste até hoje, quando já se sabe que não há “grupos de risco” (a chance de se infectar independe de idade, gênero, orientação sexual ou grau de escolaridade) (HOKAMA; BONEQUINI JUNIOR; HOKAMA, 2021). No Brasil são mais de 900 mil pessoas vivendo com HIV, sendo que mais de 15% deste total não sabem que estão infectadas (MATEOS, 2021). Antes da reestruturação dos serviços de hemoterapia no Brasil, a aids não aparecia no cenário nacional, e a aceleração por meio do Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados, fez aumentar a evidência, associada a pressão popular gerada pelo surgimento de casos de aids transfusional (HOKAMA; BONEQUINI JUNIOR; HOKAMA, 2021). Os exames sorológicos para detectar o HIV em doadores foram implantados em 1985 nos hemocentros, mas só a partir de 1988 se tornaram obrigatórios para todo o território brasileiro, inclusive para os serviços privados de hemoterapia, por meio da Lei Federal 7.649/1988, cujo sigilo é permitido ser quebrado por acesso a múltiplos profissionais da saúde envolvidos no cuidado do paciente portador de HIV no processo de encaminhamento após triagem. A partir de 1940, o Código Penal (BRASIL, 1940), em seu artigo 269, também dispôs acerca da possibilidade de quebra no sigilo médico, onde, em caso de doenças transmissíveis, o Médico tem o dever de proceder com a notificação. Neste caso, o médico não só tem a faculdade de quebrar o sigilo, sem sofrer sanções, como também tem o dever legal de realizar a comunicação à autoridade pública. Ainda, admite-se a ruptura da confidencialidade quando houver probabilidade de acontecer danos físicos a uma pessoa, pautando-se nos princípios da beneficência e da não maleficência. Nestes casos, a manutenção do sigilo pode ameaçar diretamente a integridade física de outras pessoas, pelo risco de se infectarem caso tenham relações sexuais ou compartilhem seringas com o paciente (em caso de uso de drogas injetáveis) (HOKAMA; BONEQUINI JUNIOR; HOKAMA, 2021). **Conclusão:** A quebra do Sigilo Médico é respaldada legalmente quando relativo ao paciente com HIV, devido ao dever legal em caso de risco à contaminação de terceiro inadvertido e notificação compulsória a vigilância epidemiológica, além do compartilhamento do prontuário

médico entre profissionais envolvidos no cuidado do paciente encaminhado para tratamento após triagem em hemocentro.

Palavras-chave: confidencialidade; ética; HIV.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Penal. Art. 269 do Decreto Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **JusBrasil**, Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10604851/artigo-269-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 06 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM. **Código de Ética Médica**: Resolução CFM no 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM n. 2.222/2018 e 2.226/2019. Brasília, DF, 2019.

HOKAMA, Newton Key; BONEQUINI JUNIOR, Pedro; HOKAMA, Paula de Oliveira Montandon. Sigilo, anonimato e confidencialidade de doadores de sangue com HIV. **Rev. Bioét.**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, abr./jun. 2021. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/2536/2621](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/2536/2621). Acesso em: 06 abr. 2023.

MACIEL, João Paulo Sousa. **Sigilo médico em casos de pessoas vivendo com HIV/AIDS e carga viral indetectável**: a obsolescência do motivo justo. 2019. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25273/1/2019\\_JoaoPauloSousaMaciel\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25273/1/2019_JoaoPauloSousaMaciel_tcc.pdf). Acesso em: 06 abr. 2023.

MATEOS, Sheila de Oliveira Garcia. **Análise de 10 anos de incidência de HIV em doadores de sangue de primeira vez e de repetição no Brasil**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5134/tde-19082021-131904/publico/SheiladeOliveiraGarciaMateosVersaoCorrigida.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.

VILAÇA, João César Gonçalves. **O Sigilo Médico sob a perspectiva do biodireito**. Análise partindo da hipótese do “Justo Motivo” para justificar a divulgação de informações sobre pacientes portadores de HIV. 2022. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 2022. Disponível em: [https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5072/6/MONOGRRAFIA\\_SigiloM%c3%a9dicoPerspectiva.pdf](https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5072/6/MONOGRRAFIA_SigiloM%c3%a9dicoPerspectiva.pdf). Acesso em: 06 abr. 2023.



## A RELEVÂNCIA DO PROTOCOLO SPIKES NA COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS AO PACIENTE

CAMBOIM, P. V. S.<sup>1</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** Comunicar más notícias é uma conduta que está cada vez mais inserida na prática dos profissionais de saúde, uma vez que o processo de adoecimento é natural a todo ser humano e pode interferir de forma negativa em sua vida e de seus familiares (BUCKMAN, 2020). **Objetivo:** Relatar a relevância do protocolo Spikes na comunicação de más notícias ao paciente e seus familiares, bem como sua utilidade para a equipe médica. **Metodologia:** O estudo proposto tratou-se de uma revisão bibliográfica a partir de publicações entre 2016 e 2022. A pesquisa utilizou a base de dados do Scielo, Google Acadêmico, Lilacs e PubMed. **Resultados:** Foram localizados 10 artigos sobre o tema e 04 foram selecionados para serem utilizados de acordo com o propósito do estudo. Para facilitar a comunicação das más notícias, recomenda-se: estabelecer uma relação médico equipe de saúde paciente adequada; conhecer cuidadosamente a história médica; ver o paciente como pessoa; preparar o ambiente; organizar o tempo; cuidar de aspectos específicos da comunicação; reconhecer o que e quanto o paciente quer saber; encorajar e validar as emoções; atenção e cuidado com a família; planejar o futuro e o seguimento e; trabalhar os próprios sentimentos (BUCKMAN, 2020). A necessidade de haver preparo para a transmissão de uma notícia reflete-se na emergência de protocolos que norteiam tal atividade e as demandas de apoio psicológico que surgem tanto de pacientes e familiares, quanto de profissionais da saúde (CRUZ; RIERA, 2016). O objetivo do protocolo Spikes é, de alguma maneira, organizar este momento, ajudando profissionais e pacientes a manterem uma comunicação clara e aberta (BARROS; FARIA, 2022). O protocolo Spikes compõe-se de: *S - Setting up*: Preparando-se para o encontro; *P - Perception*: Percebendo o paciente; *I - Invitation*: Convidando para o diálogo; *K - Knowledge*: Transmitindo as informações; *E - Emotions*: Expressando emoções e *S - Strategy and Summary*: Resumindo e organizando estratégias (GOBBI, 2020). Comunicar más notícias não é uma tarefa simplista. A comunicação de notícias difíceis não compreende um único momento de comunicação, isto é, implica em um processo, que deve ser realizado aos poucos, conforme a preparação e a compreensão do paciente sobre seu adoecimento (GOMES; OTHERO, 2016). O papel do psicólogo hospitalar em relação à comunicação de más notícias deve ser de receber o encaminhamento feitos pelo médico de pacientes, bem como de seus familiares que apresentam demanda de sofrimento psicológico advinda do percurso de adoecimento do paciente, além de também ajudar a equipe de saúde a lidar com as demandas causadas pela decepção depois de esgotado todos os recursos no processo curativo do paciente (GALLEGO; GOMES; PERES, 2022). **Conclusão:** Conclui-se que a comunicação de más notícias não é um momento, mas constitui um processo gradual que leva em conta a quantidade de informação que

o paciente suporta receber. O papel do psicólogo é contribuir com a equipe que presta assistência ao paciente, bem como para o atendimento de seus familiares. A utilização do Protocolo Spikes tanto favorece o preparo do profissional como facilita a organização do processo de revelação.

Palavras-chave: comunicação em saúde; revelação da verdade; paciente; protocolo.

patricia.puffy@gmail.com

## REFERÊNCIAS

BARROS, Anielli C. de; FARIA, Hila Martins Campos. Atuação do Psicólogo Na Comunicação de Más Notícias em Cuidados Paliativos. **Cadernos De Psicologia**, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p. 247-266, jul./dez. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3414-7508-1-SM.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

BUCKMAN, Robert. How to break bad news: a guide for health care professionals. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. **Revista Diaphora**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: [https://Comunicação más notícias um olhar da Psicologia.pdf](https://Comunicação%20m%C3%A1s%20not%C3%ADcias%20um%20olhar%20da%20Psicologia.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.

CRUZ, Carolina de Oliveira; RIERA, Rachel. Comunicando más notícias: o protocolo SPIKES. **Diagn Tratamento**, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), v. 21, n. 3, p. 106-108, 2016. Disponível em: [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1365/rdt\\_v21n3\\_106-108.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1365/rdt_v21n3_106-108.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.

GALLEGO, Patrícia Barberá; GOMES, Layla Raquel Silva; PERES, Rodrigo Sanches Peres. Significados atribuídos por psicólogos hospitalares às relações entre profissionais de saúde na comunicação de más notícias. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, e42911225688, 2022. Disponível: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/25688-Article-302342-1-10-20220130.pdf. Acesso em: 28 de Jjun. 2023.

GOBBI, Malena Batecini. Comunicação de más notícias: um olhar da Psicologia. **Diaphora, Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/213>. Acesso em: 07 jul. 2023.

GOMES, Ana Luiza Zaniboni; OTHERO, Marília Bense. Cuidados paliativos. **Medicina, Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 155-166, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/gvDg7kRRbzdfXfr8CsvBbXL/?lang=pt#>. Acesso em: 28 jun. 2023.

## A RESISTÊNCIA MICROBIANA DE *STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE* RELACIONADA À PNEUMONIA ADQUIRIDA NA COMUNIDADE

SANTIAGO, A.<sup>1</sup>; BARBOSA, L. A.<sup>1</sup>; VANDERLINDE, M. H. B.<sup>1</sup>; D'AGOSTINI, F. M.<sup>2</sup>; FERNANDES, L. S.<sup>2</sup>; DEBIASE, M. M.<sup>2</sup> MASSUCATO; C.A.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC;

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A resistência bacteriana refere-se à capacidade das bactérias de resistirem aos efeitos de agentes antimicrobianos, como antibióticos e outros medicamentos utilizados no tratamento, fazendo com que este se torne mais complexo. O *Streptococcus pneumoniae* (pneumococo), bactéria gram-positiva, capsulada, com morfologia de diplococos, não formadoras de esporos, anaeróbios facultativos, catalase negativa e citocromo oxidase negativa, encontra-se na categoria de microrganismos os quais estão adquirindo essa resistência. Além disso, é o principal agente etiológico causador da pneumonia adquirida na comunidade (PAC), infecção pulmonar que se desenvolve fora do ambiente hospitalar ou que se manifesta em até 48 horas após a internação (CHAUVET; COSTA; FARIA, 2010), a qual infecta cerca de 450 milhões de pessoas anualmente no mundo. **Objetivo:** Relatar o desenvolvimento da resistência microbiana da principal bactéria causadora de PAC. **Metodologia:** Foram realizadas pesquisas nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo e DataSUS, utilizando as palavras-chave “pneumonia adquirida na comunidade”, “resistência” e “antibiótico”. Destes, foram selecionados quatro artigos publicados no período de 2009 a 2022. **Resultados:** Segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade do Departamento de Tecnologia da Informação do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS) no Brasil, a PAC é a principal causa de internação no Sistema Único de Saúde (SUS), em 2017, houve 598.668 internações e 52.776 óbitos. No tratamento dessa patologia, como em todas infecções bacterianas, a resistência antimicrobiana tem importância, à medida que infecções decorrentes de bactérias comunitárias resistentes podem ser de difícil tratamento e se associar a maior letalidade. Pesquisadores relatam que cepas de *Streptococcus pneumoniae* podem tornar-se resistentes devido a fatores como mutações genéticas, transferência de genes de resistência de outras bactérias e processos como a conjugação bacteriana. Contudo, a principal causa é o uso indiscriminado de antibióticos (MARCH, 2013). Vale frisar que de acordo com as investigações, a taxa de resistência à antibióticos em menores de cinco anos tiveram um aumento dos valores para 26,5% e em menores de dois anos para 30% (ROSSONI, 2003). Entretanto, a resistência à penicilina prevalece entre os outros fármacos, em decorrência de alterações nas proteínas de ligação da parede bacteriana, mais de 15,5% das cepas de pneumococo possuem esse tipo de resistência (MANTESE *et al.*, 2003). Além disso, segundo um estudo britânico, o impacto da PAC resistente a antimicrobianos em adultos pode ser considerável porque as estimativas têm uma grande variação entre os países europeus, onde aproximadamente 1% a 50% dos isolados de *Streptococcus pneumoniae* foram registrados como inaceitáveis à

penicilina (OLIVEIRA, 2020). Tais fatores corroboram para casos de infecções pneumocócicas com susceptibilidade diminuída quanto aos fármacos geralmente utilizados, ou até mesmo totalmente resistente à penicilina e/ou a outros antimicrobianos. **Conclusão:** Constata-se que a resistência microbiana pelo *Streptococcus pneumoniae*, que está aumentando gradativamente, representa um desafio significativo no tratamento das infecções pneumocócicas adquiridas. Diante desse fato, é evidente, que o monitoramento contínuo da resistência bacteriana, a implementação de medidas de prevenção e a promoção do uso prudente de antibióticos são alternativas viáveis para o controle de infecções e essenciais para enfrentar esse problema e garantir uma terapia eficaz. **Palavras-chave:** *Streptococcus pneumoniae*; resistência bacteriana; PAC.

maria\_bonette@hotmail.com

## REFERÊNCIAS

- CHAUVET, Paulo; COSTA, Walter; FARIA, Anamelia. Pneumonia Adquirida na Comunidade. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, UERJ, [s. l.], v. 9, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistahupe/article/view/9174>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- MANTESE, Orlando C. *et al.* Prevalência de sorotipos e resistência antimicrobiana de cepas invasivas do *Streptococcus pneumoniae*. **Jornal de Pediatria**, [s. l.], v. 79, n. 6, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/QfRgcc43hNLKXfzXCjCzYMQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- MARCH, Maria de Fátima B. P. Resistência Antimicrobiana do Pneumococo aos Antibióticos Beta-Lactâmicos. **Pulmão RJ**, v. 22, n. 3, 2013. Disponível em: [http://www.sopterj.com.br/wp-content/themes/\\_sopterj\\_redesign\\_2017/\\_revista/2013/n\\_03/04.pdf](http://www.sopterj.com.br/wp-content/themes/_sopterj_redesign_2017/_revista/2013/n_03/04.pdf). Acesso em: 06 jun. 2023.
- OLIVEIRA, Rosimar Xavier de. **Prescrição de antimicrobianos na atenção primária à saúde: uma investigação na microrregião de Viçosa, Minas Gerais.** 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2020.
- ROSSONI, Andrea Maciel de Oliveira. **RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS DE *Streptococcus pneumoniae* ISOLADO DE PACIENTES COM MENINGITE BACTERIANA AGUDA NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE ABRIL DE 2001 A AGOSTO DE 2002.** 2003. Dissertação (Mestrado em Medicina Interna) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

## A RESPONSABILIDADE MÉDICA MEDIANTE O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

BAZZO, G. O.<sup>1</sup>; DURAN, A. G.<sup>1</sup>; TRUCULO, L.<sup>1</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup> DA CUNHA FILHO, R.<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é um documento que visa proteger a autonomia dos pacientes, por meio do qual atestam estar cientes de sua condição, tanto em pesquisas, como submetendo-se a procedimentos médicos considerados invasivos (OLIVEIRA; PIMENTEL; VIEIRA, 2010). Obtê-lo supõe diálogo entre as partes, o que ameniza consideravelmente a assimetria existente na relação do profissional com o paciente, tornando-a mais horizontal e transparente (MALUF; GARRAFA, 2011). **Objetivo:** Contextualizar a responsabilidade do ato médico na aplicação do TCLE. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa por meio dos descritores “Termo de consentimento livre e esclarecido” e “Responsabilidade médica” no website da Revista Bioética, em português. **Resultados:** Dentre os 8 resultados encontrados, 5 foram selecionados. O surgimento e a consolidação da bioética aparecem ligados às conquistas dos direitos humanos e aos conflitos morais decorrentes dos avanços científicos (MALUF; GARRAFA, 2011). Atualmente, quatro princípios regem a bioética: beneficência, não maleficência, justiça e autonomia. O indivíduo autônomo é aquele que tem respeitados seus princípios, valores, suas crenças e percepções nas decisões sobre sua saúde, sendo indispensável, para tanto, que a equipe médica forneça informações verdadeiras e completas (CASTRO *et al.*, 2020). Embora o Código de Ética Médica garanta estes direitos aos pacientes, os médicos por vezes interpretam o TCLE como um documento para os isentar de culpa, o que gera desconfiança do paciente (OLIVEIRA; PIMENTEL; VIEIRA, 2010). Embora os pacientes tenham seus direitos amplamente garantidos, isso remete à percepção de sua hipossuficiência, como o ente mais frágil nesta relação (VASCONCELOS, 2012). Há uma recorrente crença entre profissionais de que o paciente, ao ser informado sobre suas condições de saúde, opções de tratamento e riscos envolvidos, sentirá medo de realizar o procedimento, ainda que o perigo seja mínimo, levando-os a omitir informações ou adotar linguagem incompreensível (OLIVEIRA; PIMENTEL; VIEIRA, 2010). A linguagem complexa diminui a compreensão e traz impactos negativos sobre o processo de obtenção de consentimento, como mostrou uma pesquisa em que 50% dos participantes não entenderam corretamente (ROGRIGUES FILHO; PRADO; PRUDENTE, 2014). O TCLE é alvo de críticas quanto à sua real efetividade, correspondendo a altos índices de não aprovação pelo excesso de termos técnicos inacessíveis (MALUF; GARRAFA, 2011). **Conclusão:** Apesar do TCLE ter surgido em prol da defesa dos direitos e da autonomia dos pacientes, ainda há médicos que os utilizam de forma defensiva, somente como uma prova do cumprimento de sua obrigação de informar. Outro problema é a linguagem inadequada que causa um elevado índice de incompreensão. Contudo, a obtenção do consentimento constitui um meio para o médico oferecer

a informação adequada ao paciente e, ao contrário do que alguns pensam, uma oportunidade para comprovadamente não incorrer em infração ética.

Palavras-chave: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; responsabilidade médica.

arthgbr7@gmail.com

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Carolina Fernandes de; QUINTANA, Alberto Manuel; OLESIAK, Luísa da Rosa; MÜNCHEN, Mikaela Aline Bade. Termo de consentimento livre e esclarecido na assistência à saúde. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 522-530, 2020. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/2213/2423](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/2213/2423). Acesso em: 9 abr. 2023.

MALUF, Fabiano; GARRAFA, Volnei. O termo de consentimento livre e esclarecido nas pesquisas com seres humanos: um estudo de caso. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 725-739, 2011. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/674/706](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/674/706). Acesso em: 9 abr. 2023.

OLIVEIRA, Vitor Lisboa; PIMENTEL, Déborah; VIEIRA, Maria Jésia. O uso do termo de consentimento livre e esclarecido na prática médica. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 705-724, 2010. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/595/601](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/595/601). Acesso em: 9 abr. 2023.

RODRIGUES FILHO, Eurípedes; PRADO, Mauro Machado do; PRUDENTE, Cejane Oliveira Martins. Compreensão e legibilidade do termo de consentimento livre e esclarecido em pesquisas clínicas. **Revista Bioética**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 325-336, 2014. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/757/809](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/757/809). Acesso em: 9 abr. 2023.

VASCONCELOS, Camila. Responsabilidade médica e judicialização na relação médico-paciente. **Revista Bioética**, Salvador, v. 20, n. 3, p. 389-396, 2012. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/757/809](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/757/809). Acesso em: 9 abr. 2023.

## A RESPONSABILIDADE MÉDICA NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

KRUCZEWSKI, B.<sup>1.</sup>; SILVA, P. R. P.<sup>1.</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2.</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil tem como objetivo principal proteger os dados pessoais e a privacidade das pessoas (BRASIL, 2018). No contexto da responsabilidade médica, isso significa que os profissionais de saúde, como médicos e clínicas, precisam adotar medidas adequadas para proteger as informações de saúde de seus pacientes. **Objetivo:** Identificar as responsabilidades legais da prática médica perante a proteção dos dados individuais e de saúde de seus pacientes. **Metodologia:** Trata-se de um estudo documental de abordagem qualitativa, baseado na análise da Lei Federal 13.709/2018 de Proteção de Dados e também foram incluídos estudos que se fundamentam em referencial legal e que utilizassem como palavras-chave: ética médica; marcos legais; Lei de proteção de dados pessoais e direito à privacidade. A pesquisa documental corresponde a uma modalidade de pesquisa que utiliza fonte de documentos considerados primários (SEVERINO, 2017). O estudo não requer aprovação no comitê de ética, uma vez que os dados utilizados são de domínio público, porém atesta que todos os princípios éticos foram seguidos conforme resolução 466/2012. **Resultados:** A LGPD estabelece que dados de saúde são considerados sensíveis e requer tratamento especial, com medidas de segurança mais rigorosas. Os dados sensíveis são os que revelam origem racial ou étnica, convicções religiosas ou filosóficas, opiniões políticas, filiação sindical, questões genéticas, biométricas e sobre a saúde ou a vida sexual de uma pessoa. Os profissionais de saúde devem implementar políticas e procedimentos para garantir a segurança dos dados de saúde, isso pode incluir a criptografia, o controle de acesso restrito aos dados e a adoção de práticas de segurança da informação (CUEVA, 2017). A obtenção do consentimento explícito do paciente deve ser feita antes de coletar e processar seus dados de saúde. O consentimento deve ser informado, específico e inequívoco, explicando claramente como os dados serão usados, além de garantir que esses não sejam compartilhados sem autorização. O compartilhamento de dados deve ser feito apenas com o consentimento do paciente ou de acordo com as exceções previstas na legislação (BRASIL, 2018). Sempre que os dados forem compartilhados, deve-se garantir que as informações sejam transmitidas de forma segura e protegida. Os pacientes têm o direito de acessar seus próprios dados de saúde e de corrigir informações incorretas e os profissionais de saúde devem fornecer meios para os pacientes exercerem esses direitos (BRASIL, 2018; PRICE, 2018). Caso ocorram violações de dados que possam comprometer a privacidade dos pacientes, é necessário notificar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e, em alguns casos, também informar os pacientes afetados (DOURADO; AITH 2022). **Conclusão:** A LGPD tem implicações significativas para a responsabilidade médica, exigindo que os profissionais de saúde

ajam de forma diligente na proteção dos dados pessoais de seus pacientes, a fim de evitar riscos à privacidade e à segurança das informações de saúde. É importante que os profissionais de saúde estejam bem informados sobre as obrigações impostas pela LGPD para garantir que estão tratando os dados de saúde de acordo com a lei.

Palavras-chave: ética médica; marcos legais; lei brasileira de proteção de dados pessoais; direito à privacidade.

brunakruczewski@gmail.com

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 01 ago. 2023.

CUEVA, R. V. B. A insuficiente proteção de dados pessoais no Brasil. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo: RT, ano 4, v. 13, p. 59-67, out./dez. 2017. Disponível em: <http://ojs.direitocivilcontemporaneo.com/index.php/rdcc/article/view/338>. Acesso em: 01 ago. 2023.

DOURADO, D. A.; AITH, F. M. A. A regulação da inteligência artificial na saúde no Brasil começa com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. **Rev. Saúde Pública**, v. 56, n. 80, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.20220560044611>.

PRICE, W. N. Medical malpractice and black-box medicine. In: COHEN, I. G.; LYNCH, H. F.; VAYENNA, E.; GASSER, U. (ed). **Big data, health law, and Bioethics**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2018. Cap. 20. p. 295-306. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781108147972.027>.

SEVERINO A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2017.



## ALTERAÇÕES OFTALMOLÓGICAS PREVALENTES NAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

BEVILAQUA, J. F.<sup>1</sup>; GOLLO, T. G.<sup>1</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; MELLO, R. O.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A Síndrome de Down (SD) é caracterizada pela presença do cromossomo 21 extra na constituição genética, que determina características fenotípicas peculiares. Entre elas estão as patologias relacionadas à visão. **Objetivo:** Descrever as alterações oftalmológicas de maior incidência nos portadores da Síndrome de Down e relacionar a importância do diagnóstico e tratamento precoce no desenvolvimento destes indivíduos. **Metodologia:** Foram selecionados cinco artigos publicados na base científica Scielo, na Biblioteca Virtual em Saúde, Revista Brasileira de Oftalmologia, Revista do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, entre os anos de 1995 e 2020, que mensuram as alterações oftalmológicas prevalentes nas pessoas com Síndrome de Down. **Resultados:** Os resultados das análises de Cunha e Moreira (1995) demonstraram que as alterações oftalmológicas mais frequentes, nas 152 crianças com SD estudadas, foram fenda palpebral oblíqua (82%), epicanto (61%), astigmatismo (60%), alterações na íris (52%) e estrabismo (38%). Já para Queiroz (2006), que fez a análise dos prontuários de 53 pacientes portadores de SD, pode-se observar que a alteração mais frequente foi o vício de refração (73,6% dos casos), sendo a hipermetropia associada ao astigmatismo o mais comum. Em seguida, predominou o estrabismo convergente (18,9%), a blefarite (13,2%) e o nistagmo (9,4%). Zago *et al.* (2020) analisaram 76 prontuários do ambulatório de SD da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). As alterações refrativas foram as mais prevalentes (94,73%), sendo que 13,15% tiveram miopia, 76,31% tiveram hipermetropia e 47,36% tiveram astigmatismo. No estudo realizado por Silva (2012), foram analisados 35 prontuários de crianças com SD atendidas no Ambulatório de Especialidades Jardim Peri-Peri. Como resultado obteve-se: fissura oblíqua (35), obstrução lacrimal congênita (30) manchas de Brushfield (17), blefarite (15), miopia (5), e esotropia (4). Os resultados obtidos por Pandolfo *et al.* (2003), foram: Fissuras palpebrais oblíquas (21), blefarite (17), astigmatismo (16), ponte nasal baixa (14), hipoplasia da íris (13), epicanto (12), hipermetropia (8), manchas de Brushfield (8) e miopia (7). Para obtenção destes resultados, foram revisados exames oftalmológicos completos de 21 portadores de Síndrome de Down. De acordo com os achados, as alterações oftalmológicas mais frequentes são fendas palpebrais oblíquas (espaços delimitados pelas pálpebras superior e inferior), epicanto (dobras verticais da pele sobre a comissura medial do olho), ametropias (hipermetropia e astigmatismo), anomalias de íris (manchas de Brushfield), estrabismo, blefarite (inflamação crônica da região marginal das pálpebras) e estenose do ducto lacrimal. **Conclusão:** Observou-se que as alterações oftalmológicas estão presentes com frequência nos indivíduos com Síndrome de Down. Estas alterações servem de alerta, principalmente para os pais das crianças portadoras

da Síndrome, sobre a importância de um diagnóstico acompanhado de um tratamento precoce, proporcionando assim, uma melhor qualidade dos órgãos sensoriais com consequente melhora no desenvolvimento dessas crianças. Conclui-se que as alterações oftalmológicas são prejudiciais para o pleno desenvolvimento neuropsicomotor. Dessa forma, quando tratadas precocemente, podem proporcionar uma melhora na acuidade visual dos portadores da Síndrome de Down, o que reflete na introdução dessas pessoas na sociedade, oportunizando a elas uma vida produtiva e inclusiva. Palavras-chave: trissomia do 21; distúrbios da visão; tratamento oftalmológico.

julia\_bevilaqua@yahoo.com.br

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Rosana Nogueira Pires da; MOREIRA José Belmiro de Castro. Manifestações oculares em crianças e adolescentes com a Síndrome de Down. **Arq. Bras. Oftalmol.**, v. 58, n. 3, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abo/a/TYXwVZf4FhxNM8pcdXn5LcN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2022.

PANDOLFO, Maria L. L. *et al.* Patologias oculares na Síndrome de Down. **Revista HCPA**, Rio Grande do Sul, n. 23 (Supl.), 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4653/000413734.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 set. 2022.

QUEIROZ, Andrei Alves de. **Análise das alterações oculares em pacientes portadores de Síndrome de Down**. 2006. 38 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/118327/226508.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 out. 2022.

SILVA, Helena Tavares Lorena. Síndrome de Down: epidemiologia e alterações oftalmológicas. **Rev. Bras. Oftalmol.**, v. 71, n. 3, p. 188-190, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-72802012000300009>. Acesso em: 02 out. 2022.

ZAGO, Maria Isabela *et al.* Associação entre achados oftalmológicos e comorbidades em pacientes com Síndrome de Down. **Rev. Bras. Oftalmol.**, v. 79, n. 3, p. 174-179, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0034-7280.20200038>. Acesso em: 04 set. 2022.

## AS CONSEQUÊNCIAS DO USO DO NARGUILÉ NO SISTEMA RESPIRATÓRIO

FERRAZ, E. M.<sup>1</sup>; FERRAZ, M. I.<sup>1</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; MELLO, R. O.<sup>2</sup>;  
MASSUCATO, C.A.<sup>2</sup>; KASPERBAUER, G.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O narguilé surgiu na Índia com a falsa ideia de que seria menos prejudicial do que o fumo convencional, ignorando o fato de que carrega agentes cancerígenos, metais pesados e nicotina que chegam ao pulmão de maneira ainda mais intensa e profunda (INCA, 2019). Com isso, não há como negar as consequências que esse dispositivo de fumo acarreta ao sistema respiratório. **Objetivo:** Descrever o uso do narguilé como um fator de risco para o desenvolvimento de doenças pulmonares. **Metodologia:** Revisão bibliográfica a partir de buscas realizadas nos periódicos PubMed, ScieELO e Google Acadêmico entre março e maio de 2023. Utilizou-se como critérios de inclusão as relações entre o uso do narguilé e as doenças pulmonares em artigos científicos originais e revisões bibliográficas referentes ao período de 2016 a 2023. **Resultados:** Conforme Hungaro e Pereira (2019), notou-se que a utilização do tabaco tem sido incentivada e seu acesso facilitado, estando cada vez mais presente no mercado. Assim, o interesse pelo tabagismo se disseminou e o narguilé ganhou destaque, principalmente entre a juventude, por promover momentos de socialização. Entretanto, o sistema respiratório é gravemente acometido por doenças causadas pelo uso decorrente do narguilé, sendo o pulmão o seu órgão alvo. O principal problema que o tabagismo gera nesse órgão é a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 3 milhões de pessoas morrem no mundo em decorrência desta doença (INCA, 2019). Essa enfermidade, gera um acúmulo de muco nos pulmões, o que resulta em obstruções das vias aéreas, tosse intensa e dificuldade respiratória, podendo ter juntamente a bronquite crônica e o enfisema pulmonar. Ainda segundo o INCA (2019), todas as doenças respiratórias têm o tabagismo como a principal causa, e àqueles que estão expostos à fumaça possuem um risco três vezes maior de desenvolver câncer de pulmão. O narguilé, juntamente com outras formas de fumo, é responsável por mais de dois terços das mortes por câncer de pulmão no mundo. Esse tipo de câncer é considerado um dos principais em incidência e em mortalidade mundialmente. Conforme Pinto *et al.* (2019), em 2015 no Brasil, 31.120 pessoas morreram devido a DPOC e 23.762 pessoas morreram por conta do câncer de pulmão. Outrossim, segundo Primack *et al.* (2012) e Hammond *et al.* (2007) vale destacar que os efeitos do narguilé são mais severos em relação aos do cigarro, pela quantidade de fumaça que é muito maior, sendo proporcional à duração da tragada e às substâncias ingeridas durante o uso. **Conclusão:** O tabagismo visualiza-se, portanto, como um inimigo quando o assunto é saúde, visto que contém diversas substâncias tóxicas e cancerígenas que podem desencadear doenças graves ao ser humano, sendo o narguilé um propulsor desse cenário (CARDOSO *et al.*, 2021). Inúmeras

doenças e mortes seriam evitadas se a população não banalizasse o uso do narguilé e se existissem informações disseminadas nos diversos meios de comunicação com enfoque nas consequências irreversíveis que esse ato traz para o sistema respiratório.

Palavras-chave: tabagismo; narguilé; doenças pulmonares.

duda.mferraz1@gmail.com

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, T. C. A. *et al.* Aspectos associados ao tabagismo e os efeitos sobre a saúde. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e11210312975, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/12975/11797/172269>. Acesso em: 03 maio 2023.

HAMMOND, D. *et al.* Revising the machine smoking regime for cigarette emissions: implications for Tobacco control policy. **Tob Control**, v. 16, n. 1, p. 8-14, 2007. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2598458/>. Acesso em: 03 maio 2023.

HUNGARO, B. de F.; PEREIRA, K. B. A legalidade do tabaco em face das consequências à saúde: livre-arbítrio ou responsabilidade do fornecedor? **Revista da FAE**, v. 22, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/654>. Acesso em: 03 maio 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - INCA. Ministério da Saúde. **Narguilé: o que sabemos?** Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/narguile-o-quesabemos.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

PINTO, M. *et al.* Carga do tabagismo no Brasil e benefício potencial do aumento de impostos sobre os cigarros para a economia e para a redução de mortes e adoecimento. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 8, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vgcQw6xMbxKJps9N4MXcndv/?lang=pt#>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PRIMACK, B. A. *et al.* Estabelecimentos para fumar narguilé nos EUA anunciados na Internet. **Am J Prev Med.**, v. 42, n. 2, p. 150-156, fev. 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22261211/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

## AS GRANDES PANDEMIAS AO LONGO DA HISTÓRIA E O SER HUMANO COMO ATOR DO PRÓPRIO CAOS: UM ESTUDO DE REVISÃO

VILAR, G.<sup>1</sup>; D'AGOSTINI, F. M.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O termo pandemia significa “de todo o povo” e está associado a fenômenos de saúde, no qual uma doença apresenta alta incidência, atingindo, diversas localidades e países. Várias pandemias marcaram a história da humanidade, o que fomenta uma análise sobre a relação do ser humano com o meio ambiente e como isso pode provocar ou melhorar as crises sanitárias global, logo, a compreensão de suas origens e evoluções permite o entendimento das mesmas, bem como a mitigação para ocorrências futuras. **Objetivo:** Compreender as relações do meio ambiente com a saúde humana, a partir da análise das principais pandemias ao longo da história centrada na atuação do ser humano na origem e manejo da própria pandemia. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica nas bases de dados das plataformas Google Acadêmico, Scielo e PUBMED, utilizando como descritores “pandemias globais” e “maiores pandemias”, com as opções em inglês e português. Identificou-se 15 artigos científicos publicados entre os anos de 2010 e 2023, dos quais foram selecionados 12 para a elaboração desse trabalho de pesquisa. **Resultados:** A instauração de pandemia está intimamente ligada ao contexto histórico e sociocultural em que o ser humano está no momento de tal forma. A relação com o meio é o que dita o processo saúde-doença em face de pandemia de uma doença, uma vez que a degradação ambiental, aglomerações e deslocamentos populacionais, uso inapropriado de antibióticos, contato ocupacional, doméstico ou alimentar com animais silvestres, condições sanitárias precárias são fatores que potencializam a expressão de mudanças genéticas e amplificam a circulação de agentes infectantes. Sob esse viés, as grandes pandemias globais, como a peste negra, a gripe espanhola e o Covid-19, aparecem nesse cenário de desequilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente, em que os micro-organismos patogênicos adaptam-se, adquirem novos mecanismos de agressão e respondem às ações humanas de maneira mais agressiva. A peste bubônica, causada pela bactéria *Yersinia pestis*, pode se disseminar pelo contato com pulgas infectadas em roedores, o que, no contexto religioso do medievo, foi muito agravado, haja vista que, por exemplo, matou-se gatos (maior predador de roedores urbanos) pois estavam ligados a suposta bruxaria, e as pessoas se aglomeraram nos templos em busca de auxílio divino. A gripe espanhola, causada por um vírus influenza isolado em 1918 de corpos preservados no gelo do Alaska e em amostras de tecido, foi responsável por grande mortalidade e pela implementação de medidas de higiene pública e urbana, de isolamento social e de educação para a saúde (SMITH *et al.*, 2009). Recentemente, o Covid-19 espalhou-se por todo mundo, causando uma pandemia global, em que a infecção, pelo coronavírus SARS-CoV-2, causou crises respiratórias grave e fatais, cuja vírus originário de morcegos adaptou se a outros mamíferos e ao organismo

humano, apresentando alta transmissibilidade. **Conclusão:** Infere-se, que, embora as pandemias sejam fenômenos naturais, o papel do ser humano na disseminação e intensificação dessas crises é inegável, pois o ser humano porta íntima relação com as crises sanitárias a partir do desequilíbrio de sua interação com o meio ambiente.

Palavras-chave: pandemias; Covid-19; meio ambiente; peste negra; gripe espanhola.

guilherme.vilar@unoesc.edu.br

## REFERÊNCIAS

SMITH, G.; BAHL, J.; VIJAYKRISHNA, D.; ZHANG, J.; POON, L.; CHEN, H.; WEBSTER, R.; PEIRIS, J.; GUAN, Y. From the Cover: Dating the emergence of pandemic influenza viruses. **Proceedings of the National Academy of Sciences - PNAS**, v. 106, n. 28, 2009. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/epdf/10.1073/pnas.0904991106>. Acesso em: 27 jul. 2023.

## ASPECTOS BIOÉTICOS DA RETIRADA PRECOCE DAS MAMAS PELA PREDISPOSIÇÃO AO CARCINOMA MAMÁRIO

COSTA, G. E.<sup>1</sup>; MARCHIORETTO, D. T. G.<sup>1</sup>; SCHMIDT, C. D.<sup>1</sup>; DEBIASE, M. M.<sup>2</sup>; FERNANDES, L. S.<sup>2</sup>; D'AGOSTINI, F. M.<sup>2</sup>; LORENCETTE, N. A.<sup>2</sup> TOMASI, M.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O câncer de mama é o problema de saúde pública de maior incidência entre as mulheres; sendo a maioria dos casos esporádicos e de 5% a 10% herdados (COSTA *et al.*, 2021). Dentre as neoplasias malignas hereditárias, representa a primeira causa de mortalidade entre as brasileiras. Nesse contexto, um dos principais dilemas a serem discutidos é justamente o aspecto bioético da mastectomia precoce como forma de prevenir e de evitar um sofrido tratamento no futuro. **Objetivo:** Apresentar discussão de autores sobre os aspectos bioéticos da mastectomia profilática, realizada em pacientes que apresentam a possibilidade futura em desenvolver câncer de mama, relação que envolve tanto o paciente quanto a conduta médica a ser seguida. **Metodologia:** No presente estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica embasada em artigos científicos disponíveis nas plataformas digitais Scielo e Google Acadêmico, nos anos de 2005 a 2022. **Resultados:** O carcinoma mamário é a neoplasia de maior incidência entre as mulheres no Brasil. As principais causas responsáveis pelas neoplasias mamárias são as mutações, herdadas, nos genes BRCA1 e BRCA2 (LOPES *et al.*, 2022). Do total de casos de câncer de mama diagnosticados a cada ano, estima-se que de 5% a 10% sejam hereditários (COSTA *et al.*, 2021). Dito isso, pacientes que sabem ser portadoras desses genes encaram o dilema da possibilidade de desenvolver câncer de mama ou de prevenir o surgimento da neoplasia realizando mastectomia profilática. O procedimento de retirada bilateral das mamas é considerado o mais eficaz dentre os tratamentos porque reduz em 90% a chance de a paciente desenvolver câncer (ARAÚJO; CUNHA; GARRAFA, 2005). Entretanto, é de fundamental importância pesar, em conjunto da bioética médica, os prós e contras que envolvem esse procedimento antes de realizá-lo, já que no pós-operatório pode haver problemas como hematomas, infecção, ruptura de implante. A viabilidade ética do procedimento leva em conta a individualidade da paciente - histórico familiar, condição biopsicossocial, personalidade - e sua capacidade de processar a situação. A conduta médica frente a pacientes de risco para o câncer deve ser sugestiva ao invés de diretiva. É essencial a discussão sobre os prognósticos. O médico deve apresentar as opções e as alternativas junto de suas consequências, para que a escolha seja feita de forma consciente pela paciente. Ademais, a indicação deste procedimento deve ser muito bem avaliada pelo profissional, que precisa respeitar os princípios bioéticos da beneficência, não maleficência e autonomia. A decisão do profissional precisa ser baseada no conhecimento e no raciocínio, pois a paciente levará em conta a emoção e o medo da predisposição cancerígena. A mastectomia, quando realizada de forma profilática, beneficia a mulher, pois é uma conduta

menos invasiva do que a cirurgia para retirada de tumor, gera menos sofrimento e, se feita a reconstrução imediata dos seios com implantes, apresenta um resultado estético superior aos demais procedimentos. **Conclusão:** Nesse aspecto, a recomendação do médico pela mastectomia profilática deve, portanto, sempre (utilizando os princípios bioéticos) buscar beneficiar única e exclusivamente a paciente - tanto em sua saúde física, quanto psicológica - apresentando-a os lados positivos e negativos do procedimento para que ela escolha de maneira consciente a conduta a ser seguida.

Palavras-chave: bioética; mastectomia profilática; carcinoma mamário.

gabrielacosta@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Selma Silva; CUNHA, Antônio Carlos Rodrigues da; GARRAFA, Volnei. Mastectomia profilática: reflexões bioéticas. *Revista Bioética*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 23-36, jan. 2005. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/90/96](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/90/96). Acesso em: 04 jun. 2023.

BRAZ, Marlene. Espera e revelação: a pesquisa com testes preditivos para câncer de mama e a ética. *Revista Bioética*, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 241-258, jan. 2008. Disponível em: [https://revista-bioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/71/74](https://revista-bioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/71/74). Acesso em: 04 jun. 2023.

COSTA, Laise Soares *et al.* Fatores de risco relacionados ao câncer de mama e a importância da detecção precoce para a saúde da mulher. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, [s. l.], v. 31, p. 1-8, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/8174/5110>. Acesso em: 04 jun. 2023.

EISINGER, Francois. Prophylactic mastectomy: ethical issues. *British Medical Bulletin*, v. 81-82, n. 1, p. 7-19, 2007. Disponível em: <https://academic.oup.com/bmb/article/81-82/1/7/282826?login=false>. Acesso em: 04 jun. 2023.

LOPES, Laiane Patricia Soares *et al.* Mastectomia profilática na prevenção do câncer de mama em mulheres com mutação no gene BRCA1: revisão integrativa. *Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar*, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 1-12, 8 mar. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47820/recima21.v3i3.1215>. Acesso em: 04 jun. 2023.

MONTEIRO, Gabriela Alves *et al.* O dilema da decisão de Mastectomia Bilateral como prevenção do Câncer de Mama: aspectos éticos e bioéticos. *Revista Bioéticos*, São Camilo, v. 4, n. 5, p. 443-450, jan. 2011. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/89/A11.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

PEREIRA, Dayane; BRAGA, Ana Aparecida Martinelli. A mastectomia e a resignificação do corpo no feminino. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 47-64, 18 maio 2016. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/601>. Acesso em: 04 jun. 2023.



## BIOÉTICA NO USO DE ANIMAIS PARA FINS EDUCACIONAIS E DE PESQUISA

MATEUS, C. K. F.<sup>1</sup>; VARELA, K. G.<sup>1</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A comum utilização de animais em atividades científicas e educacionais é baseada e motivada pelos seres humanos em descobrir novas fontes de conhecimento que visam benefícios futuros. Neste sentido, cada vez mais são criadas exigências e obrigações para o uso desses animais em pesquisas científicas, a fim de minimizar e evitar danos desnecessários aos seres humanos (REBUERTO, 2022). **Objetivo:** A presente revisão teve como objetivo avaliar aspectos éticos e legais da pesquisa e ensino envolvendo animais. **Metodologia:** A busca pelos artigos científicos foi realizada na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) com os descritores “bioética em pesquisa animal”, com os filtros: “texto completo”, “inglês, português e espanhol”, e “5 anos”, resultando em 16 artigos. Após a seleção dos artigos na íntegra, optou-se por utilizar 5 artigos para discutirmos sobre o assunto. **Resultados:** Realiza-se pesquisa com animais por razões metodológicas e éticas, sendo a primeira porque é útil e a segunda porque os animais não têm o mesmo status moral ou ético que os seres humanos, sendo essas razões questionáveis (VILLELA CORTÉS, 2019). Outra razão é por existirem leis e regulamentos nacionais e internacionais como o artigo 21 da Declaração de Helsinque que estabelece que antes de iniciar pesquisas em humanos, é necessário ter estudos prévios em animais. O cuidado no uso de animais para fins educacionais e investigativos, juntamente com a adequação das instituições e das Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUA), e a criação do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) baseia-se na Lei 11.794/2008 conhecida como “Lei Arouca” (DITTRICH *et al.*, 2019; FISCHER; RODRIGUES, 2018). Outra lei importante é a Lei 6.638/1979, chamada de “Lei de Vivisseção”, que tem como objetivo estabelecer normas para a prática didático-científica da vivisseção de animais (DIAS; GUEDES, 2018). A bioética trouxe a necessidade da implantação de leis e comissões que garantam o bem-estar animal para fins educacionais e de pesquisa, já que ainda hoje considera-se necessária a utilização de animais para garantir o sucesso de determinados produtos benéficos à saúde dos seres humanos, porém a decisão, responsabilidade e a forma de conduta da sua utilização é dever e obrigação de cada pesquisador. **Conclusão:** A pesquisa e ensino envolvendo animais, está embasada em sólidos aspectos legais e éticos, como a Lei 11.794/2008, a Lei 6.638/1979 e o artigo 21 da Declaração de Helsinque, e em aspectos éticos, tendo leis que regulam a sua prática e orientam a criação de comitês de ética como o CONCEA e a CEUA, embora as justificativas científicas e éticas são fortemente questionadas.

Palavras-chave: bioética; ética em pesquisa; alternativas ao uso de animais.

## REFERÊNCIAS

DIAS, T. M.; GUEDES, P. G. Percepção de estudantes sobre pesquisas científicas com animais. **Rev. bioét. (Impr.)**, p. 235-244, 2018.

DITTRICH, N. *et al.* Conhecimento sobre a bioética e a Lei 11. 794/2008 na graduação. **Rev. bioét. (Impr.)**, p. 542-548, 2019.

FISCHER, M. L.; RODRIGUES, G. S. Planejamento e divulgação da pesquisa com animais como parâmetro de integridade. **Rev. bioét. (Impr.)**, p. 543-555, 2018.

REBUERTO, M. Una referencia valiosa para el uso responsable de los animales en la investigación científica: el documento guía “Principios rectores internacionales para la investigación biomédica con animales CIOMS-ICLAS”. **Revista de Bioética y Derecho**, n. 55, p. 55-74, 2022.

VILLELA CORTÉS, F. Reflexión sobre la justificación metodológica del uso de animales en investigación biomédica. **Rev. colomb. bioét.**, p. 52-68, 2019.

## CÂNCER PULMONAR EM DIFERENTES GRUPOS ETÁRIOS

SANDI, S. N. R.<sup>1</sup>; ROMAN, M. E. P.<sup>1</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; MELLO, R. O.<sup>2</sup>; MASSUCATO, C. A.<sup>2</sup>;  
BAPTISTELLA, S.F.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O câncer de pulmão é a principal causa de morte evitável no Brasil, possuindo uma elevada incidência e prevalência, e está fortemente associado ao tabagismo (SOUZA; VASCONCELOS; CRUZ, 2012). Segundo Santos *et al.* (2022), embora sejam conhecidos os malefícios do uso de cigarro, não há uma medida efetiva de contenção, o que deixa esses indivíduos vulneráveis a quadros respiratórios graves e neoplasia pulmonar. **Objetivo:** Descrever a relação do câncer de pulmão com o uso de tabaco e como essa comorbidade afeta as diferentes faixas etárias. **Metodologia:** O estudo é uma revisão da literatura, do tipo descritiva, realizada entre março e maio de 2023. A partir de artigos científicos encontrados na plataforma Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e no Google Acadêmico e tendo ainda colaborações de dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). **Resultados:** Foram encontrados 15 artigos e selecionados 5, com base na relevância para elaboração deste trabalho. De acordo com Nogueira *et al.* (2021), em uma análise epidemiológica por faixa etária, percebe-se que o acometimento do câncer de pulmão se acentua em pessoas acima de 40 anos, o que corresponde a 85,6% dos casos, sendo a predominância feminina na faixa etária de 40 a 59 anos e masculina na faixa etária 60 anos ou mais. Em conformidade com Silva *et al.* (2019), o tabaco é o principal fator de risco relacionado ao câncer de pulmão, além disso, é uma droga usada principalmente para socialização no caso dos jovens, e usada para aliviar o estresse da rotina ou até mesmo a depressão, que acomete principalmente idosos, sendo que a prevalência de tabagismo entre idosos no Brasil está em torno de 10% a 11% da população geral de fumantes (SANTOS *et al.*, 2022). Um fato de grande relevância relatado por Borges, Pereira e Fernandes (2020), embora existam políticas públicas de regressão ao tabagismo, não há uma resposta efetiva para o abandono da droga. **Conclusão:** Ficou evidenciado que o tabagismo é o principal fator risco para desenvolver o câncer de pulmão e que a fumaça do cigarro possui grande capacidade carcinogênica. Ademais, o tabaco é um fator relevante no quadro de debilidade do corpo, favorecendo o aparecimento de diversas doenças. Sendo assim, é necessário que sejam implementadas políticas de combate ao fumo mais efetivas. **Palavras-chave:** câncer de pulmão (carcinoma/adenocarcinoma); tabaco; grupos de risco.

sheronsandi@gmail.com

## REFERÊNCIAS

BORGES, Açucena de Oliveira; PEREIRA, Letícia Góes; FERNANDES, Rafaela de Moraes. O tabaco como etiopatogenia do câncer de pulmão: Uma revisão literária.

**Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 05, 10. ed., v. 05, p. 149-165, out. 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/cancer-de-pulmao>. Acesso em: 09 mar. 2023.

NOGUEIRA, Júlia Fernandes *et al.* Perfil epidemiológico do câncer de pulmão no Brasil entre os anos de 2013 e 2020. Patos de Minas, MG, dez. 2021. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, e203101623566, 2021. ISSN: 2525-3409. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/23566/20864/284495>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SANTOS, Giulia Viana dos *et al.* Tabagismo como fator de risco para o desenvolvimento de câncer de pulmão em idosos: uma revisão integrativa. *In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, 2022, Rio Grande do Norte, Online. Anais [...].* Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2019/TRABALHO\\_EV125\\_MD1\\_SA11\\_ID987\\_27052019130035.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2019/TRABALHO_EV125_MD1_SA11_ID987_27052019130035.pdf). Acesso em: 17 set. 2023.

SILVA, Nádyá Beatriz Nunes Castro *et al.* Tabagismo como fator de risco para o desenvolvimento de câncer de pulmão. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 19, n. 19, 2019. ISSN: 2178-2091. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/313>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SOUZA, Miriam, Carvalho de; VASCONCELOS, Ana, Glória, Godoi; CRUZ, Oswaldo, Gonçalves. Tendência de mortalidade por câncer de pulmão no Brasil de 1980 ao século 21: uma análise idade-período-coorte. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JYtZYt5xskdpwGyzc935nqG/>. Acesso em: 28/04/2023.

## CUIDADOS PALIATIVOS E ASPECTOS BIOÉTICOS

MATEUS, C. K. F.<sup>1</sup>; PINTO, F.<sup>1</sup>; GUEDES DA SILVA, C. <sup>2</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** Os cuidados paliativos são caracterizados pelo modelo assistencial prestado a indivíduos que recebem o diagnóstico de doença em estágio avançado, quando não há mais possibilidade de cura. Visando o alívio da dor, suporte aos sintomas físicos, psicossociais e espirituais, minimizando os efeitos adversos, almejando a melhoria na qualidade de vida dos pacientes e seus familiares. No entanto, os princípios da bioética devem ser respeitados para que não ocorra o desrespeito a dignidade e autonomia do paciente nessa fase do processo de adoecimento. **Objetivo:** A presente revisão teve como objetivo analisar artigos científicos publicados em periódicos online no cenário nacional acerca da temática cuidados paliativos e aspectos bioéticos. **Metodologia:** A busca pelos artigos científicos foi realizada por meio de uma revisão integrativa da literatura, com coleta de dados no mês de julho de 2023, nas bases de dados SCIELO e PubMed. Foi definido como critério de inclusão artigos publicados em português, entre os anos 2018 e 2023. Os descritores utilizados foram cuidados paliativos e bioética. **Resultados:** Foram encontrados 58 artigos na plataforma SCIELO e apenas um no banco de dados da PubMed, compreendendo 04 artigos como referencial teórico para o presente resumo. O conhecimento científico, pautado nos princípios da bioética (beneficência, não-maleficência, autonomia e justiça), norteiam a prática clínica. A autonomia tem escopo no tratamento do paciente, assegurando que o plano de cuidado esteja em conformidade com seu desejo. Ainda assim, nem sempre o paciente está apto a tomar decisões, devendo ser beneficiado com outros cuidados amparados no princípio da beneficência e não-maleficência (VIDAL *et al.*, 2022). A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1986, estabeleceu diretrizes para os cuidados paliativos, exigindo a abordagem multidisciplinar, através da inserção de várias possibilidades de interferência clínica e tratamento nas diferentes áreas de conhecimentos específicos, observando o paciente de maneira holística e singular (KUROGI *et al.*, 2023). Durante a prática assistencial os profissionais de saúde vivenciam alguns dilemas éticos, quando se fala em cuidados paliativos, como o prolongamento desnecessário da vida, que traz malefícios e sofrimento ao paciente terminal, configurando-se em distanásia. Os princípios bioéticos tornam-se indispensáveis na recuperação e manutenção da dignidade do indivíduo, sendo necessária legislação específica para respaldo de ambas as partes (paciente e profissional) (SILVA; PACHECO; DADALTO, 2022). A “boa morte” se ancora no cuidado assistencial de qualidade, respeitando as particularidades e condições inerentes a terminalidade. No entanto, para alcançá-la, é necessário que o paciente tenha consciência de sua condição e que a aceite, abandonando a ideia de que morrer é um processo que deve ser escondido (LIMA; MANCHOLA-CASTILLO, 2021). **Conclusão:** Diante do exposto, é nítida a importância da bioética como norteadora na tomada de decisões nos cuidados paliativos, de um

lado, fortalecendo a autonomia do paciente terminal, de outro, amparando o profissional diante de conflitos éticos.

Palavras-chave: cuidados paliativos; bioética.

francielepintoenf@gmail.com

## REFERÊNCIAS

KUROGI, L. T. *et al.* Implantação e implementação de serviços em cuidados paliativos. **Revista Bioética**, v. 30, n. 4, p. 825-836, 20 fev. 2023.

LIMA, M. A.; MANCHOLA-CASTILLO, C. Bioética, cuidados paliativos e libertação: contribuição ao “bem morrer”. **Revista Bioética**, v. 29, n. 2, p. 268-278, 6 set. 2021.

SILVA, L. A. da; PACHECO, E. I. H.; DADALTO, L. Obstinação terapêutica: quando a intervenção médica fere a dignidade humana. **Revista Bioética**, v. 29, n. 4, p. 798-805, 18 mar. 2022.

VIDAL, E. I. de O. *et al.* Posicionamento da ANCP e SBGG sobre tomada de decisão compartilhada em cuidados paliativos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 9, p. e00130022, 23 set. 2022.

## ESTRATÉGIAS FARMACOLÓGICAS NA TERAPÊUTICA DA DOENÇA DE PARKINSON: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

VILAR, G.<sup>1</sup>; VIECELI, S. H.<sup>1</sup>; REMOR, A. P.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A Doença de Parkinson (DP) é uma desordem neurológica, progressiva e crônica, que atinge o sistema nervoso central e compromete a coordenação motora fina, sendo a sua principal causa, a morte de neurônios dopaminérgicos na região da substância negra do cérebro (WHALEN; PANAVELIL; FINKEL, 2016). Em relação ao manejo do tratamento farmacológico orientado à DP, pode-se citar, entre as classes mais comuns de fármacos, os inibidores da enzima monoaminoxidase B (MAO-B), os suplementos de dopamina e os inibidores da Catecol-O-Metiltransferase (COMT). **Objetivo:** Analisar os principais métodos de farmacoterapia da doença de Parkinson sob uma perspectiva fisiopatológica, por intermédio de uma revisão bibliográfica centrada na clínica médica. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica nas bases de dados das plataformas Google Acadêmico, Scielo, PUBMED e BVS, utilizando como descritores os termos “doença de parkinson”, “dopamina” e “drogas antiparkinsonianas”, com as opções em inglês e português. Dessa pesquisa, identificou-se 10 artigos científicos publicados entre os anos de 2010 e 2022, dos quais foram selecionados 7 para a elaboração desse trabalho de pesquisa. **Resultados:** A DP é causada pela degeneração de neurônios dopaminérgicos na substância negra do cérebro, manifestando na diminuição dos níveis de dopamina cerebrais, e, clinicamente, podendo acometer a locomoção, função neuroendócrina, cognitiva e funcional do paciente, haja vista que a dopamina é o principal neurotransmissor da classe das catecolaminas, responsáveis por esse amplo aspecto funcional. De início, é importante pontuar que o objetivo do tratamento farmacológico da DP é apenas realizar a manutenção dos níveis de dopamina no cérebro, pois a neurodegeneração é irreversível, assim, os medicamentos buscam a minimização das manifestações sintomatológicas. Nesse cenário, pode-se citar a suplementação de precursores da dopamina, como tática mais potente do tratamento, em que os fármacos, por exemplo a Levodopa e inibidor da dopa carboxilase, estimulam a produção desse neurotransmissor à nível cerebral, exercendo relativa melhora na rigidez, nos tremores e outros sintomas do parkinsonismo. Outra classe de medicamentos amplamente utilizados na terapia da DP são os inibidores da MAO-B - como a rasagilina e a selegilina - os quais através da inibição dessa enzima responsável pela inativação da dopamina a nível intracelular, aumentam a quantidade de dopamina disponível para a transmissão sináptica, promovendo melhora sintomática nos pacientes de DP. Ademais, é importante ressaltar os inibidores da COMT - enzima que inativa a levodopa e a dopamina - como fármacos relevantes para o aumento da biodisponibilidade e do efeito terapêutico da levodopa, tendo como consequências o aumento da eficácia do tratamento e a diminuição de fenômenos adversos advindos de flutuações nas concentrações de levodopa.

**Conclusão:** Infere-se, portanto, que há diversas estratégias terapêuticas associadas à DP, no entanto, todas incidem, independente do mecanismo de ação das classes farmacológicas, sobre a manutenção dos níveis de dopamina no cérebro, a fim de estabilizar os sinais e sintomas da doença, embora não revertam a neurodegeneração, e possuem um tempo relativamente curto de eficácia terapêutica.

Palavras-chave: Doença de Parkinson; neurodegeneração; dopamina; farmacoterapia.

guilherme.vilar@unoesc.edu.br

## REFERÊNCIAS

WHALEN, Karen; PANAVELIL, Thomas A.; FINKEL, Richard. **Farmacologia ilustrada**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. 670 p.



## ÉTICA E BIOÉTICA NO DIA A DIA DO ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA

SIMAS, K.<sup>1</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup> KLEBER, P.G.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e da Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A ética e bioética no contexto da Enfermagem interligam aspectos subjetivos e humanos da vida, da saúde e do cuidado, além de contribuir para as reflexões sobre responsabilidades profissionais e tomadas de decisão; a consciência sobre os valores e posicionamentos torna-se um guia de ações e práticas para a proteção, a segurança, as escolhas e o respeito à autonomia no trinômio paciente-profissional-família (SILVA *et al.*, 2021). **Objetivo:** Analisar os problemas éticos e bioéticos encontrados no dia a dia do profissional de enfermagem na estratégia de saúde da família. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão da bibliografia publicada nos últimos 05 anos, utilizando como base de dados PubMed, SciELO e BVS. A pesquisa utilizou os seguintes descritores: estratégia de saúde da família, ética, bioética, ética em enfermagem e princípios morais. **Resultados:** Foram encontrados 06 artigos e todos foram utilizados. O desrespeito dos usuários e familiares para com o profissional de enfermagem é evidente, tendo em vista que alguns se recusam a seguir suas orientações e ficam inseguros quanto à sua capacidade técnica, situação pode gerar conflitos éticos entre as partes; sofrimento moral e insegurança podem ocorrer quando o profissional de enfermagem enfrenta problemas éticos e bioéticos que não são solucionados (SILVA *et al.*, 2021). Por outro lado, situação de conflito ético pode ocorrer dentro da própria equipe, pois alguns profissionais se sentem desconfortáveis ao serem coordenados por “um enfermeiro” (SILVA *et al.*, 2020). A falta de comunicação clara e efetiva constitui um problema ético nas relações do profissional de enfermagem; o diálogo, como processo mediador, constitui parte imprescindível no processo de comunicação de enfermagem cujo intuito é respeitar o ser humano em seus direitos (FARIA, 2019). A Bioética, enquanto disciplina interdisciplinar propõe-se a uma reflexão sobre as questões morais; no processo de formação em bioética, espera-se que os profissionais da saúde sejam capacitados para tomar decisões e estimulados à reflexão sobre questões sociais, políticas e culturais. Educar para a bioética é um processo que contribui para alcançar uma sólida formação ética para os profissionais de enfermagem (MARTINS; SANTOS; DUARTE, 2022). O elevado número de profissionais de enfermagem envolvidos em ocorrências éticas sinaliza para a necessidade de ampliação dos estudos que contextualizem o papel da Bioética como parte integrante de sua formação (SILVA *et al.*, 2018). Como o perfil dos profissionais de enfermagem passou por significativas mudanças em decorrência das transformações no quadro político-econômico-social da educação e da saúde no Brasil e no mundo, entende-se que metodologias adequadas de ensino, como o júri simulado, sensibiliza o futuro profissional a assumir sua cota de responsabilidade social e ética necessárias à profissão (COELHO; PARTELLI, 2019). **Conclusão:** Nota-se que o profissional

de enfermagem é exposto a uma grande demanda de conflitos éticos dentro da Estratégia de Saúde da Família e, para que esteja preparado para enfrentá-los, faz-se necessária a adequação do ensino-aprendizagem desde a graduação, trazendo ao acadêmico experiências prático-teóricas por meio das quais poderão vivenciar com mais realismo o dia a dia de sua profissão.

Palavras-chave: profissionais de Enfermagem; ética em Enfermagem; bioética; Enfermagem de Atenção Primária.

karlavanessa38@icloud.com

## REFERÊNCIAS

COELHO, M. P.; PARTELLI, A. N. M. Júri simulado no ensino de ética/bioética para a enfermagem. **Rev. Enferm. UFPE**, v. 13, n. 2, p. 499-510, fev. 2019.

FARIA, A. C. **Dialogando com a bioética: problemas éticos vivenciados pela equipe de Enfermagem na Estratégia da Saúde da Família**. 2019. 119 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-03062019-162719/publico/ALINECRISTINADEFARIA.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

MARTINS, V.; SANTOS, C.; DUARTE, I. Educar para a bioética: desafio em enfermagem. **Rev. Bioét.**, v. 30, n. 3, p. 498-504, set. 2022.

SILVA, A. L. N. V. *et al.* Relação entre tempo de exercício profissional e ocorrências éticas em enfermagem. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 26, p. e23058-e23058, dez. 2018.

SILVA, L. S. *et al.* Segurança do profissional e problemas éticos e bioéticos no cotidiano da atenção primária: vivências de enfermeiros. **Rev. Latinoam. Bioét.**, v. 20, n. 2, p. 103-120, dez. 2020.

SILVA, L. S. *et al.* Segurança do profissional enfermeiro perante problemas éticos e bioéticos. **Rev. Bioét.**, v. 29, n. 4, p. 855-866, dez. 2021.

## FUMANTES PASSIVOS: ADULTOS E IDOSOS

PIAIA, G. A.<sup>1</sup>; TURELLA, P. A.<sup>1</sup>; KUSKOSKI, W.<sup>1</sup>; MELLO, R. O.<sup>2</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>;  
MASSUCATO.C.A. .<sup>2</sup>; KASPERBAUER, G. .<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** Associado a inúmeras manifestações culturais, o tabagismo assumiu um estilo de vida único, cujo potencial negativo pode, em relação às consequências, condenar os ambientes sociais, uma vez que as substâncias da fumaça do cigarro afetam a qualidade do ar inalado (EGGER *et al.*, 2023). O aumento do número de pessoas viciadas em cigarros e outros equipamentos nicóticos acarreta a disseminação de doenças nos usuários secundários - os fumantes passivos. Nos indivíduos submetidos a essa condição, a exposição cria predisposições a doenças inicialmente não observadas. **Objetivo:** Descrever os efeitos do tabagismo na saúde de adultos e idosos mensurados como fumantes passivos. **Metodologia:** Realizou-se um estudo de revisão no Google Acadêmico seguido de uma revisão de literatura dos artigos selecionados. Na pesquisa, utilizaram-se, ainda, os descritores “fumantes passivos” e derivações com vista às informações relacionadas a adultos e idosos. Buscaram-se artigos cujo ano de publicação estivesse no período de 2019 a 2023. **Resultados:** Foram relatadas diversas patologias em adultos e idosos, decorrentes da exposição ao fumo passivo, como câncer, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e fragilização imunológica. O fumante passivo pode desenvolver doenças pulmonares, cardiovasculares e câncer (SILVA *et al.*, 2019). Às consequências da fumaça secundária, associam-se câncer de pulmão, doença pulmonar obstrutiva crônica (enfisema pulmonar e bronquite crônica), parto prematuro, reações alérgicas (rinite, tosse, conjuntivite, exacerbação de asma) e infarto do miocárdio (ARRUDA; MENDONÇA, 2019). A curto prazo, o tabagista secundário tende a desenvolver doenças de base - como asma - e, a longo prazo, doenças originadas exclusivamente devido à inalação passiva das substâncias da fumaça do cigarro (EGGER *et al.*, 2023). Khoramdad *et al.* (2020) reforçam o risco de incidência e mortalidade por doenças cardiovasculares. A fumaça ambiental do tabaco está diretamente relacionada ao desenvolvimento da DPOC (MARTINS *et al.*, 2022). **Conclusão:** A exposição ao tabagismo passivo, mesmo em ambientes bem ventilados, aumenta o risco de doenças respiratórias, cardíacas e câncer para a população. Dentre as doenças respiratórias, vale destacar o enfisema pulmonar, a bronquite crônica e a DPOC. Os efeitos prejudiciais da fumaça do tabaco são compartilhados por toda a comunidade onde ocorre a exposição. Nesse viés, as pessoas que fumam passivamente correm o risco de adquirir muitas doenças que os fumantes ativos podem desenvolver. Assim, fazem-se necessárias medidas de prevenção ao uso do tabaco recreativo e às suas consequências. **Palavras-chave:** tabagismo; fumante passivo; patologias.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, I. T. S. D.; MENDONÇA, T. G. L. D. Câncer de pulmão: efeitos da inalação passiva dos compostos químicos do cigarro. **Revista Saúde & Ciência Online**, Campina Grande: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde-CCBS da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, v. 8, n. 2, p. 66-72, 2019. Disponível em: <https://www.rsctemp.sti.ufcg.edu.br/index.php/RSC-UFCG/article/view/830>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- EGGER, P. A. L. *et al.* O risco do tabagismo passivo no desenvolvimento de pneumopatias. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, Campinas, SP: Acervo Mais Publicações Científicas, v. 23, n. 1, p. e11877-e11877, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/medico/article/view/11877>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- KHORAMDAD, M. *et al.* Association between passive smoking and cardiovascular disease: A systematic review and meta-analysis. **IUBMB life**, Hoboken (US): John Wiley & Sons, v. 72, n. 4, p. 677-686, 2020. Disponível em: <https://iubmb.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/iub.2207>. Acesso em: 02 maio 2023.
- MARTINS, N. D. *et al.* Doença pulmonar obstrutiva crônica em fumantes passivos: o que a literatura aborda sobre a prevalência. **Saúde (Santa Maria)**, Santa Maria: Editora Central de Periódicos da UFSM, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/view/69732>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- SILVA, B. V. D. *et al.* Incidência dos fumantes passivos na região de São Paulo. **Life Style**, São Paulo: Editora ALUMNI IN, v. 6, n. 1, p. 24-30, 2019. Disponível em: <https://periodicosalumniin.org/LifestyleJournal/article/view/1081>. Acesso em: 29 mar. 2023.

## IMPACTOS DA OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA NA QUESTÃO DO ABORTO NO BRASIL: UMA REVISÃO

SANTOS, A. C. T.<sup>1</sup>; DA ROSA, C. L.<sup>1</sup>; DRESCH, L. F.<sup>1</sup>; PESSOLE, L. P.<sup>1</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup>; LUTZ, E.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A objeção de consciência visa proteger a integridade pessoal em uma situação de conflito moral, permitindo que um cidadão se recuse a cumprir determinado dever em virtude de suas convicções. Na medicina, esse dispositivo vai de encontro ao direito das mulheres de interromper uma gestação, já que, mesmo nas situações onde o aborto é permitido pela legislação brasileira, a gestante encontra dificuldades por conta da recusa médica. **Objetivo:** Evidenciar a influência da objeção de consciência sobre o aborto no cenário brasileiro e suas consequências. **Metodologia:** Para esse resumo foram analisados 26 artigos científicos e, desses, selecionados 6 das bases de dados Google Scholar e Pubmed utilizando os termos “Objeção de Consciência” e “Aborto” em língua portuguesa e inglesa, entre os anos de 2009 a 2020. **Resultados:** A objeção de consciência é uma prerrogativa legítima e um direito assegurado ao profissional médico, baseando-se na liberdade de religião, consciência e pensamento (BRANCO *et al.*, 2020). Com o aumento da proteção dos direitos sexuais e reprodutivos, também houve maior frequência de objeção de consciência, principalmente em países onde a influência religiosa é maior (MADEIRO *et al.*, 2016). No Código Penal brasileiro, o aborto ainda é crime tipificado, com exceção dos casos de gravidez decorrente de violência sexual, quando há risco de morte para a gestante e anomalias fetais graves e incompatíveis com a vida. Sendo assim, é função do Estado, a partir do Sistema Único de Saúde (SUS), fornecer suporte necessário para efetivar a interrupção dessas gestações de maneira ética, humanizada e segura. Entretanto, ainda encontram-se dificuldades por conta da recusa médica (GALLI; DREZETT; CAVGNA NETO, 2012). Nesse cenário, surgem vertentes teóricas que afirmam que um médico pode ter o direito de professar privadamente suas crenças, mesmo que contrárias ao aborto, mas deve se manter neutro quando representa o Estado em um serviço público de saúde (DINIZ, 2011). A recusa não pode ser proclamada nas situações de impossibilidade de atuação de outro profissional e quando a não realização do procedimento possa pôr em risco a integridade física ou mental do paciente (DARZE; BARROSO JÚNIOR, 2018). Dessa forma, a objeção de consciência, em algumas situações, deve ser proibida, pois viola a responsabilidade médica fundamental de assistir às pacientes em suas necessidades de saúde (DINIZ, 2011). Isso demonstra que a laicidade torna-se um adjetivo das políticas públicas e não um substantivo que legitimaria as práticas políticas sobre o justo em saúde (CHIOCCA; HUBERT, 2016). **Conclusão:** Diante do exposto, conclui-se que, apesar da objeção de consciência ser legitimada, sua aplicação deve ser repensada em casos de aborto preconizados pela lei, já que essas mulheres tem o direito de interromper a gestação de forma humanizada e segura. É necessário que o profissional haja de

maneira imparcial quando submetido ao serviço de saúde pública, bem como na ausência de outro profissional capacitado. Ademais, a objeção de consciência fere o código de ética médica, ao passo que o médico passa a ser negligente, causando dano ao paciente por omissão.

Palavras-chave: objeção de consciência; aborto; profissional médico.

athibessantos@gmail.com

## REFERÊNCIAS

BRANCO, July Grassiely de Oliveira; BRILHANTE, Aline Veras Moraes; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; MANSO, Almudena Garcia. Objeção de consciência ou instrumentalização ideológica? Uma análise dos discursos de gestores e demais profissionais acerca do abortamento legal. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, Sup, 1:e00038219, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2020.v36suppl1/e00038219/pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CHIOCCA, Natália; HUBERT, Daiane C. Objeção de consciência em caso de aborto. *In*: JORNADA ACADÊMICA INTERDISCIPLINAR INTERNACIONAL DO CURSO DE MEDICINA, 2016, Joaçaba. **Anais [...]**. Joaçaba, 2016. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/anaisdemedicina/article/view/12080>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DARZE, Omar Ismail Santos Pereira; BARROSO JÚNIOR, Ubirajara. Uma Proposta Educativa para Abordar Objeção de Consciência em Saúde Reprodutiva durante o Ensino Médico. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 4, p. 155-164, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/j6vRqHnbx83J3FF3hTQtckd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DINIZ, Débora. Objeção de consciência e aborto: direitos e deveres dos médicos na saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, v. 45, n. 5, p. 981-985, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/QwMG5v5LphzfbxbTkgzZV5P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GALLI, Beatriz; DREZETT, Jefferson; CAVGNA NETO, Mario. Aborto e objeção de consciência. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 64, n. 2, abr./jun. 2012. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252012000200014&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252012000200014&script=sci_arttext). Acesso em: 20 abr. 2022.

MADEIRO, Alberto; RUFINO, Andréa; SANTOS, Paloma; BANDEIRA, Geisa; FREITAS, Isadora. Objeção de Consciência e Aborto Legal: Atitudes de Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 1, p. 86-92, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/srYsYnCxyTBfsZRnc6gwmP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

## INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS: LEVANTAMENTO DE LITERATURA SOBRE INTERAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

KADES, G.<sup>1</sup>; MATEUS, C. K. F.<sup>1</sup>; BUDANT, L. H.<sup>2</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** Autismo refere-se a uma patologia neurodegenerativa, que afeta 1 em cada 100 crianças em todo o mundo, manifestando-se excepcionalmente por déficits de comunicação, comportamentos repetitivos e interesses restritos, o que acaba por dificultar a interação com outras crianças no ambiente escolar (BOSSU; ROUX, 2019). Sendo que o autismo compromete a interação social e comunicação, os autistas podem sentir-se excluídos (ARBERAS; RUGGIERI, 2019). **Objetivo:** Analisar as interações sociais entre as crianças com espectro autista e as demais crianças, no contexto escolar. **Metodologia:** O estudo consiste em uma revisão de literatura. A busca pelos artigos científicos foi realizada na base de dados Pubmed com o descritor “Autism infantil”, com os filtros: “texto completo”, “inglês, português e espanhol”, “5 anos”, “análise”, “humanos” e “dados associados”, resultando em 95 artigos. Após a seleção dos artigos na íntegra, optou-se por utilizar 5 artigos para discutirmos sobre o assunto. **Resultados:** O aumento no número de autistas têm provocando tensão nos setores da saúde, serviço social e educação pois estes alunos precisam de atenção individual especial e passar por um processo de integração nas atividades escolares (STYLES *et al.*, 2020). Porém, autistas apresentam taxas altas de problemas de humor em comparação com outros, isto se torna um obstáculo pois problemas de humor são difíceis de identificar, por falta de diagnóstico, associado ao facto que pelo menos 30% dos autistas são portadores de uma deficiência intelectual concomitante (OAKLEY; LOTH; MURPHY, 2021). O autismo mostra uma forte correlação genética positiva com o QI e o nível educacional. Isso é intrigante, visto que o próprio autismo está associado a um QI mais baixo (THAPAR; RUTTER, 2021). Os traumas e as consequências sociais provocadas pelo autismo são um problema real de saúde pública (BOSSU; ROUX, 2019). **Conclusão:** Estudantes com autismo, tendem a apresentar dificuldade na interação social, problemas com humor, o que dificulta a interação com outras crianças no ambiente escolar, prejudicando o seu desenvolvimento socioeducacional. Desse modo, destaca-se a importância de constantes adaptações das atividades socioeducacionais, bem como a capacitação dos professores, e a realização de atos de conscientização com colegas e demais atores do cenário escolar para melhorar a inclusão das crianças autistas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; autismo; autismo infantil.

kadesgabriela042@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ARBERAS, C.; RUGGIERI, V. Autism. Genetic and biological aspects. **Medicina**, v. 79, n. Suppl 1, p. 16-21, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30776274/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BOSSU, J. L.; ROUX, S. The valproate model of autism. **Medicine Sciences: M/S**, v. 35, n. 3, p. 236-243, mar. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30931908/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

OAKLEY, B.; LOTH, E.; MURPHY, D. G. Autism and mood disorders. **International Review of Psychiatry**, v. 33, n. 3, p. 280-299, abr. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33648430/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

STYLES, M. *et al.* Risk factors, diagnosis, prognosis and treatment of autism. **Frontiers in Bioscience (Landmark Edition)**, v. 25, n. 9, p. 1682-1717, jun. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32472753/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

THAPAR, A.; RUTTER, M. Genetic Advances in Autism. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 51, n. 12, p. 4321-4332, dez. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32940822/>. Acesso em: 03 jul. 2023.



## NARGUILÉ E A GESTAÇÃO: OS EFEITOS PRÉ-NATAIS DO TABAGISMO

MENEGHETTI, A. M.<sup>1</sup>; BAHÚ, A. C.<sup>1</sup>; BRANDALISE, T. M.<sup>1</sup>; COLETTI, L. R.<sup>1</sup>; VENCATO, K. C.<sup>1</sup>;  
DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; MELLO, R. O.<sup>2</sup> MARQUES, R.R. <sup>2</sup>; DEON, J. <sup>2</sup>; BUDANT, L.H. <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O consumo de tabaco por meio do narguilé acarreta muitos riscos significativos, já conhecidos para quem o pratica tanto ativa quanto passivamente. Durante a gestação, tais complicações são amplificadas e atingem não somente a gestante, mas também, de maneira danosa, o embrião/feto. **Objetivo:** O trabalho objetivou demonstrar as consequências do uso de tabaco, por meio do uso do narguilé, durante a gravidez, para a gestante e para o feto. **Metodologia:** O presente estudo é uma pesquisa de revisão bibliográfica acerca dos efeitos do tabagismo durante a gestação. Foram selecionados artigos que abordassem os efeitos teratogênicos do tabagismo a partir dos descritores: “tabagismo”, “narguilé”, “gestação” e “teratogênicos”, por meio das plataformas Google Acadêmico, Scielo e Pubmed. Obteve-se inicialmente 15 artigos. Após serem utilizados os filtros: idiomas português e inglês, no período de 2011 a 2022, reduziu-se para um total de sete. **Resultados:** Estudos apontam que as principais consequências do uso de tabaco durante a gravidez são, para a mãe, a recorrência de abortos espontâneos, a elevação da pressão arterial e frequência cardíaca, maior incidência da ruptura de membranas ovulares e deslocamento prematuro da placenta, além de aumentar as chances da necessidade de cesarianas emergenciais. Já para o feto, são a redução do peso, problemas respiratórios, alterações nos tamanhos da cabeça e do fêmur, além de haver pesquisas que apontam a relação entre o tabagismo materno e o desenvolvimento de leucemia na infância (STEVANI *et al.*, 2011). **Conclusão:** O uso de narguilé por mulheres grávidas, traz riscos como o desenvolvimento de doenças respiratórias e cardíacas, e distúrbios na produção de estrogênio, que se tornam mais graves, prejudicando a saúde do feto. Constata-se a necessidade da conscientização da população por meio de políticas públicas e campanhas acerca dos efeitos do tabagismo no feto, para que assim, os danos na gestante e no bebê, possam ser evitados.

Palavras-chave: tabagismo; teratogênicos; gestação; narguilé.

ariadnemeneghetti@gmail.com

### REFERÊNCIAS

STEVANI, Egon Sullivan *et al.* Gestantes: As consequências do uso do tabaco para o feto. **Encontro de bioética do Paraná**, p. 173-184, 4 fev. 2011. Disponível em: <http://www.bioeticapr.org.br/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

## O POTENCIAL DIAGNÓSTICO DE CÂNCERES A PARTIR DE SÍNDROMES PARANEOPLÁSICAS: UM RESUMO INTEGRATIVO

VILAR, G.<sup>1</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; LORENCETTE, N. A.<sup>2</sup>; BAPTISTELLA, S. F.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O câncer é uma doença caracterizada pela formação de uma massa anormal de tecido que pode invadir e destruir estruturas locais ou distantes. O diagnóstico de uma neoplasia maligna ocorre tardiamente em estágios bem avançados da doença, devido à sintomatologia pouco específica ao longo do desenvolvimento do tumor. As síndromes paraneoplásicas surgem como aliadas ao diagnóstico precoce de cânceres, pois são um conjunto de sinais e sintomas que não são relacionados diretamente com a origem ou a disseminação do câncer. **Objetivo:** Evidenciar, por meio de uma revisão bibliográfica, a relação das síndromes paraneoplásicas com o diagnóstico precoce de cânceres, sob o olhar fisiopatológico orientado à clínica médica no processo saúde-doença. **Metodologia:** Foram realizadas buscas bibliográficas sobre o assunto nas bases de dados das plataformas Google Acadêmico, Scielo e PUBMED, utilizando como descritores os termos “síndromes paraneoplásicas”, “neoplasias malignas”, “diagnóstico” e “câncer”, com as opções em inglês e português. Dessa pesquisa, identificou-se 17 artigos científicos publicados entre os anos de 2010 e 2022, dos quais foram selecionados 13 para a elaboração desse trabalho de pesquisa. **Resultados:** O câncer está associado a distúrbios de crescimento celular, em que há um desequilíbrio entre os mecanismos de replicação, autorrenovação, diferenciação e morte celular, resultando em uma proliferação autônoma manifestada em massas anormais de tecidos, os tumores, que, a depender da origem e composição histológica, podem infiltrar e destruir as estruturas adjacentes, além de se disseminarem para áreas distantes, levando à morte do paciente. Sob esse viés, é crucial compreender os aspectos clínicos da neoplasia, no que se refere aos seus efeitos sobre o paciente, com o intuito de guiar o efetivo diagnóstico clínico e laboratorial do câncer, não apenas por meio de sintomatologias específicas e bem definidas de certos tumores, mas, a partir de sintomas paraneoplásicos associados, os quais possuem o potencial de diagnosticar cânceres ainda no início de seu desenvolvimento, o que incide sobre os aspectos de evolução e procedência da doença. Alguns indivíduos com câncer desenvolvem sinais e sintomas que não podem ser prontamente explicados devido à distribuição anatômica do tumor, ou pela elaboração dos hormônios nativos do tecido pelos quais o tumor surgiu (KUMAR; ABBAS; ASTER, 2016). Os sintomas paraneoplásicos, apesar de apresentarem baixa frequência, cerca de 10% dos portadores de câncer, têm alto valor na clínica médica, pois podem demonstrar as manifestações mais prévias de uma neoplasia ainda não descoberta, por exemplo uma trombose venosa profunda pode ser a queixa principal de um paciente em um serviço de emergência e, por intermédio do exame clínico corroborado pela análise histopatológica, consegue-se chegar ao diagnóstico de câncer de pâncreas em estágio inicial. Esse

rápido diagnóstico impactará fortemente no manejo e controle da doença de tal forma que auxilia no tratamento, bem como melhora prognóstico do paciente. **Conclusão:** Infere-se, portanto, que as síndromes paraneoplásicas constituem um conjunto heterogêneo de manifestações clínicas, conectadas indiretamente com os efeitos físicos do câncer, o que possibilita o diagnóstico de um câncer latente e em fase inicial passível de cura.

Palavras-chave: síndromes paraneoplásicas; câncer; neoplasias malignas; diagnósticos.

guilherme.vilar@unoesc.edu.br

## REFERÊNCIAS

KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J. C. **Robbins: Patologia - Bases Patológicas das Doenças**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

## OS IMPACTOS DO TABAGISMO PASSIVO EM CRIANÇAS

ZANATTA, K. D. C.<sup>1</sup>; PASA, O. R.<sup>1</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; MELLO, R. O.<sup>2</sup>  
BUDANT, L.B.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O tabagismo representa o principal contaminador do ambiente doméstico cotidiano (JORGE *et al.*, 2016), atingindo inúmeras crianças nesse contexto, especialmente àquelas vindas de famílias com baixa escolaridade. Os resíduos resultantes da combustão do tabaco em locais cobertos poluem o ambiente com até 50 vezes mais substâncias carcinogênicas em comparação às que permanecem no corpo do fumante ativo, não existindo índice seguro de exposição às mesmas (SIGAUD; CASTANHEIRA; COSTA, 2016). **Objetivo:** Relatar as principais complicações ocasionadas pelo tabagismo passivo em crianças. **Metodologia:** Revisão bibliográfica pela coleta de dados nas plataformas SciELO, PubMed e Google Acadêmico, mediante o uso dos descritores “tabagismo passivo na infância”, “crianças fumantes passivas” e “tabagismo passivo”, publicados entre 2014 e 2023. Seis estudos foram selecionados para a elaboração do trabalho. **Resultados:** A recorrente exposição de crianças ao tabagismo passivo tem seus efeitos negativos sobre a saúde no conhecimento da população há muito tempo, mesmo que seja pouco descrita mundialmente (SILVA; PACHÚ, 2023). De acordo com Muakad (2014), os infantes são mais afetados pela poluição ambiental do tabaco por possuírem uma frequência respiratória mais alta. De acordo com Jorge *et al.* (2016), crianças as quais possuem mães com histórico de qualquer forma de tabagismo possuem mais chance de serem diagnosticadas com problemas de aprendizado. Em relação ao âmbito físico, estudos de Elwany, Gamea e Talaat (2021), abordaram o desenvolvimento de biofilmes nasais em crianças em situação de tabagismo passivo. Constatou-se que 50% das crianças expostas ao tabagismo passivo desenvolvem um biofilme nasal devido ao efeito irritante e imunossupressor que o tabaco causa nas mucosas da orofaringe, tendo como a bactéria mais comum a *Staphylococcus aureus*, atrelada ao desenvolvimento de problemas, como otite média e sinusite. A nível de saúde bucal, identifica-se que infantes expostos ao tabagismo passivo apresentam um nível de pH salivar médio inferior aos níveis normais, com a taxa nelas medida sendo de  $6,49 \pm 0,27$ , enquanto o normal é de  $7,2 \pm 0,38$ . O surgimento de colônias de bactérias na região bucal é mais frequente em crianças tabagistas passivas. (MENON; BHAT, 2019). Infantes expostos ao tabagismo passivo também possuem maior probabilidade de manifestar sintomas ligados à dificuldade respiratória como retração abaixo das costelas, tosse, chiados no peito e respiração rápida. Entretanto, não somente sintomas de baixo grau são causados pelas formas de tabagismo. O ato de fumar também provoca cerca de 6 milhões de óbitos ao ano, dos quais 170 mil são de crianças fumantes passivas (SIGAUD; CASTANHEIRA; COSTA, 2016). Assume-se, então, que essa epidemia de proporções globais é a causa evitável de morte mais grave (MUAKAD, 2014), implicando na necessidade de intervenções.

**Conclusão:** O tabagismo passivo afeta crianças de diversas formas, ocasionando problemas como morbidades respiratórias, aparecimento de biofilmes e cáries, bem como dificuldades de aprendizado. Intervenções como campanhas de conscientização e restrição do cigarro em locais com crianças são essenciais nesse contexto, pois, combater o tabagismo passivo tem início com a luta contra o tabaco em si, envolvendo mudanças culturais e políticas que ofereçam suporte para abandonar o vício.

**Palavras-chave:** tabagismo; fumante passivo; patologias em crianças.

kaua.dz@unoesc.edu.br

## REFERÊNCIAS

ELWANY, S.; GAMEA, M. A.; TALAAT, I. Passive smoking induces nasal biofilms in children. **International Journal of Pediatric Otorhinolaryngology**, v. 146, p. 1-4, jul. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165587621001488?via%3Dihub>. Acesso em: 01 maio 2023.

JORGE, J. G. *et al.* Influence of passive smoking on learning in elementary school. **Jornal de Pediatria**, v. 92, n. 3, p. 260-267, maio 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0021755716000127?via%3Dihub>. Acesso em: 01 maio 2023.

MENON, I.; BHAT, N. Association of passive smoking with dental caries and salivary biomarkers among 5-10 years old children of Muradnagar, Ghaziabad. **Journal of Family Medicine and Primary Care**, v. 8, n. 8, p. 2633-2639, 2019. Disponível em: [https://journals.lww.com/jfmpc/Fulltext/2019/08080/Association\\_of\\_passive\\_smoking\\_with\\_dental\\_caries.18.aspx](https://journals.lww.com/jfmpc/Fulltext/2019/08080/Association_of_passive_smoking_with_dental_caries.18.aspx). Acesso em: 01 maio 2023.

MUAKAD, I. B. Tabagismo: maior causa evitável de morte do mundo. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 109, p. 527-558, 6 dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/89244/96076>. Acesso em: 01 maio 2023.

SIGAUD, C. H. de S.; CASTANHEIRA, A. B. de C.; COSTA, P. Association between secondhand smoking in the home and respiratory morbidity in preschool children. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, n. 4, p. 562-568, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/8tmDX8ch8Fdf8wHyPknKCVf/?lang=en>. Acesso em: 01 maio 2023.

SILVA, M. I. F. da; PACHÚ, C. O. Os efeitos da exposição involuntária de crianças ao tabagismo passivo: Revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. 1-8, 7 jan. 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39615>. Acesso em: 01 maio 2023.

## RELAÇÃO DA PRESENÇA DA BACTÉRIA *HELICOBACTER PYLORI* COM O SURGIMENTO DE NEOPLASIAS GÁSTRICAS: UMA REVISÃO LITERÁRIA

QUEIRÓS, L. B.<sup>1</sup>; AMARAL, C. P. A.<sup>1</sup>; D'AGOSTINI, F. M.<sup>2</sup>; FERNANDES, L. S.<sup>2</sup> BAPTISTELLA, S.F.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O câncer é o resultado de falhas durante o processo de replicação celular, visto que altera o equilíbrio entre proliferação e apoptose das células. Um dos mais recorrentes na população mundial é o câncer de estômago, sendo a principal neoplasia do sistema digestivo e a terceira causa de óbito dentro desta categoria. Esta patologia associa-se principalmente a infecção da bactéria *Helicobacter pylori*, pois está presente em grande parte da população e destaca-se ao ser listada como principal causadora do câncer gástrico. Estudos indicam que agentes infecciosos desenvolvem mecanismos para dificultar o reparo do material genético, induzir a proliferação celular indesejada e impedir a apoptose. **Objetivo:** O presente resumo teve como objetivo relatar a correlação e o surgimento de neoplasias gástricas humanas com a presença de *Helicobacter pylori*. **Metodologia:** A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados das plataformas Google Acadêmico, PubMed e Scielo, dos quais foram selecionados 6 artigos com datas de publicação entre 2016 e 2022. Os descritores utilizados foram: Câncer. *Helicobacter pylori*. Neoplasia. Gástrica. **Resultados:** A susceptibilidade ao surgimento de cânceres está associada a fatores genéticos e condições relacionadas a aspectos comportamentais, tais como alimentação, sedentarismo, exposição a radiações, tabagismo e etilismo (INCA, 2022). As neoplasias gástricas estão intimamente atreladas a agentes infecciosos, tendo estes uma contribuição com 17,8% dos casos de câncer em geral (ALMEIDA; FARIAS, 2016). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a *Helicobacter pylori* infecta metade da população mundial e destes, 20% apresentam manifestações patológicas associadas ao microorganismo. Estes dados evidenciam a íntima relação do câncer gástrico com a bactéria, classificando-a como a principal causa no desenvolvimento da doença. Ademais, há indícios científicos da relevância da ação da bactéria para o surgimento de gastrites, visto que se aloja no estômago ou intestino, causa lesões na barreira protetora e desencadeia o processo inflamatório, que condicionado ao ambiente adequado e ao não tratamento pode progredir para processos neoplásicos (GOES *et al.*, 2022). Acredita-se que o mecanismo de desenvolvimento de tumores seja uma consequência direta dos ajustes moleculares utilizados pela bactéria, visto que detém vias com potencial de dificultar a atividade da p53 e demais vias de reparo do DNA (ALMEIDA; FARIAS, 2016). Desse modo, compreende-se, portanto, que o microorganismo tem um protagonismo no desenvolvimento da patologia com o comprometimento da ação regular do processo antitumoral, que surge de forma progressista, como uma gastrite crônica não-atrôfica, que pode evoluir para gastrite atrôfica, metaplasia intestinal e displasia (ZELLA; GALLO, 2021). Estima-se que, no Brasil, entre os anos de 2020 a 2022, tenham surgido 13.360 novos casos de

câncer em homens, e 7.870 em mulheres, com predominância de 65% dos casos em pacientes com mais de 50 anos (INCA, 2022). Sendo assim, apura-se que é um tipo de neoplasia que tem incidência correlacionada a idade mais avançada e ao sexo masculino. **Conclusão:** A compreensão da importância da *Helicobacter pylori* no processo de desenvolvimento para o câncer de estômago resultou em progressos no entendimento da doença e dos aspectos fisiopatológicos envolvidos. Logo, a bactéria é considerada o principal fator primário para o desenvolvimento de neoplasias gástricas, quando associada a outras condições cancerígenas.

Palavras-chave: câncer; *Helicobacter pylori*; neoplasia; gástrica.

laryssa.queiros@unoesc.edu.br

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Z. G.; FARIAS, L. R. Identificação de microrganismos que causam câncer. **Revista brasileira em pesquisa de ciência da saúde**, v. 3, n. 1, p.1-8, 2016. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/RBPeCS/article/view/30/63>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- ELSLAND, D. V.; NEEFJES, J. Bacterial infections and cancer. **EMBO reports**, v. 16, n. 11, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://www.embopress.org/doi/epdf/10.15252/embr.201846632>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.
- GOES, M.; SANTOS, R. W.; VIEIRA, M. B.; LOPES, B. K. A. Relação da *Helicobacter pylori* com o câncer de estômago. In: 20º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-UNIANDRADE, p. 1-4, 2022. **Anais [...]**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://revista.uniandrade.br/index.php/IC/article/view/2810/1798>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.
- INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA. Ministério da Saúde. **Estimativa de 2023: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//estimativa-2023.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- MATYSIAK-BUDNIK, T.; MÉGRAUD, F. *Helicobacter pylori* infection and gastric cancer. **European Journal of Cancer**, v. 46, n. 6, p. 708-716, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ejca.2006.01.020>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- ZELLA, D.; GALLO, R. C. Viruses and Bacteria Associated with Cancer: An Overview. **Viruses**, v. 13, n. 6, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1999-4915/13/6/1039>. Acesso em: 19 ago. 2023.

## RELAÇÃO ENTRE TABACO E DOENÇAS PULMONARES OBSTRUTIVAS CRÔNICAS: ASMA, BRONQUITE E ENFISEMA - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

CALASANS, M. V.<sup>1</sup>; DALLACOSTA, D. C.<sup>1</sup>; MANGONI, L. P.<sup>1</sup>; MENEGOTO, C.<sup>1</sup>; TOALDO, F.<sup>1</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; MELLO, R. O.<sup>2</sup> MASSUCATO, C. A.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O tabagismo é um hábito comum na sociedade mundial e acarreta malefícios não somente a quem fuma, mas também aos fumantes passivos. O tabaco provoca danos irreversíveis no organismo, uma vez que altera o funcionamento das hemácias e as torna inativas, como também compromete as vias aéreas e a funcionalidade pulmonar, aspectos graves associados ao desenvolvimento de enfermidades, como as doenças pulmonares obstrutivas crônicas (FELIPE *et al.*, 2022). **Objetivo:** Descrever a relação entre o tabaco e as doenças pulmonares obstrutivas crônicas: enfisema pulmonar, asma e bronquite. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica com base em artigos publicados, entre os anos 2000 e 2022, nas plataformas digitais *Scielo*, Google Acadêmico e Pubmed, nos idiomas inglês e português. Como critérios de inclusão, consideraram-se os seguintes descritores: “doenças pulmonares obstrutivas crônicas (DPOC)”, “enfisema pulmonar”, “tabaco e enfisema pulmonar”, “tabaco”, “asma”, “bronquite” e “tabagismo”. **Resultados:** O tabagismo é a principal causa e agravante das doenças pulmonares, o que dificulta o diagnóstico, a adesão e a eficácia do tratamento, resultando em altos índices de pacientes com DPOC, além de óbitos (JACOBSEN, *et al.*, 2011). As DPOC são de aspecto multifatorial sendo o tabagismo sua principal causa (JACOBSEN *et al.*, 2011). Devido à exposição ao tabagismo parental, crianças e adolescentes asmáticos tendem a ter sintomas agravados com a exposição à fumaça tóxica do cigarro. O contato contínuo com os gases provenientes do cigarro pode complicar essas patologias em virtude da progressão da inflamação das vias aéreas (OLIVEIRA, 2018). O enfisema, alargamento e destruição dos bronquíolos terminais e alvéolos por longos episódios de agressão ao pulmão e limitação do fluxo aéreo, não é totalmente reversível mesmo abandonando o tabagismo (JACOBSEN *et al.*, 2011). Há maior prevalência em idosos, principalmente homens (CUNHA; REZENDE; MELO, 2020). A cotinina inalada junto aos gases tóxicos do cigarro e absorvida pela corrente sanguínea é encontrada em maiores índices em asmáticos graves ex-tabagistas (PINHEIRO *et al.*, 2018). **Conclusão:** Conclui-se que é evidente a relação entre doenças pulmonares obstrutivas crônicas, com ênfase ao enfisema pulmonar e o tabagismo, resultando em prejuízos significativos na saúde pulmonar. As complicações são decorrentes também do fumo passivo, o qual afeta principalmente crianças e adolescentes. Além disso, a principal causa de morte por tabagismo é a DPOC. A prevenção ao tabagismo deve ser meta para melhorar a qualidade de vida, pois o uso do tabaco interfere na saúde do indivíduo e das pessoas próximas.

Palavras-chave: DPOC; tabagismo; enfisema; asma; bronquite.



mariavcalasans@gmail.com

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Cleize S.; REZENDE, Fabiana; MELO, Jandira B. de. Doença pulmonar obstrutiva crônica associada ao uso do tabaco. **Saberes Interdisciplinares**, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 61-69, 2020. Disponível em: <https://uniptan.emnuvens.com.br/SaberesInterdisciplinares/article/view/351>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FELIPE, Beatriz Santos *et al.* Tabagismo e saúde: associações com alterações pulmonares. **Brazilian Journal Of Health Review**, Curitiba, p. 5505-5516, abr. 2022. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=tabagismo+e+sa%C3%BAde%3A+associa%C3%A7%C3%B5es+com+altera%C3%A7%C3%B5es+pulmonares&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=tabagismo+e+sa%C3%BAde%3A+associa%C3%A7%C3%B5es+com+altera%C3%A7%C3%B5es+pulmonares&btnG=). Acesso em: 10 mar. 2023.

JACOBSEN, Osneri *et al.* Envolvimento do Tabagismo e Apoptose na Patogênese da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 21, n. 1, 2011, p. 61-68, 2018. Disponível em: [www.rmmg.org/artigo/detalhes/292#:~:text=No%20pulm](http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/292#:~:text=No%20pulm). Acesso em: 10 março 2023.

OLIVEIRA, Gabriela Carlos de. **Tabagismo como fator predisponente de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica em fumantes: uma revisão de literatura**. 2018. 20 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biomedicina) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13085>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PINHEIRO, Gabriela Pimentel *et al.* Tabagismo entre asmáticos: avaliação por autorrelato e dosagem de cotinina urinária. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 44, n. 6, p. 477-485, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-37562017000000018>. Acesso em: 10 abr. 2023.

## RELAÇÃO MÉDICO-PERICIADO E AS DISSEMELHANÇAS COM A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

BOM, F. B.<sup>1</sup>; ZIMLICH, B.<sup>1</sup>; GUIDINI, A. L.<sup>1</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A relação médico-periciado surge em um contexto de obtenção de elementos probatórios e baseia-se em uma desconfiança mútua. Em contraste, tem-se a relação médico-paciente que se molda às características subjetivas de cada paciente. Essa discrepância entre a natureza de ação do médico, todavia, pode gerar imprecisões por diferentes partes, interferindo, até mesmo, na atuação pericial (SILVA *et al.*, 2017). **Objetivo:** Objetivou-se indicar as dissemelhanças entre a relação médico-periciado em comparação com a relação médico-paciente. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, englobando artigos publicados a partir de 2010, utilizando os descritores “relação”, “médico-periciado” e “médico-paciente”. **Resultados:** Após priorização daqueles trabalhos que mais se adequavam ao tema desta revisão, 6 artigos publicados entre 2011 e 2022 foram selecionados, todos em língua portuguesa. A relação médico-paciente pauta-se nos quatro princípios bioéticos: beneficência, não-maleficência, justiça e autonomia e, com isso, objetiva-se a construção de uma confiança mútua (ALMEIDA, 2011). Ademais, na prática assistencial, a relação médico-paciente firma-se na empatia, na busca pelo diagnóstico e no tratamento pertinente, sempre visando o alívio de qualquer condição que aflija o paciente (LISE *et al.*, 2013). Nesse sentido, essa relação caracteriza-se a base da medicina assistencial, uma vez que uma parcela significativa do desfecho da atuação médica advém da forma como esse vínculo fora construído (ROCHA *et al.*, 2011). Vale ressaltar que, a relação médico-periciado também se fundamenta nos preceitos bioéticos, todavia, com algumas adaptações para que haja uma atuação pericial digna, em favor da coletividade e em conformidade com as normas judiciais (SILVA *et al.*, 2022). A alteração mais marcante é no tocante à confidencialidade e ao sigilo que, embora constituam a essência dos preceitos éticos, na perícia, todos os dados obtidos deverão ser auferidos à autoridade solicitante e/ou aplicados para compor o processo referido (MIZIARA, 2012). Além disso, na relação médico-periciando, o objetivo é prestar um parecer à justiça através de um exame de natureza médica e análise de documentos, cujo desfecho pode ter um impacto importante na vida do periciando, que tem interesse que o médico tenha um posicionamento ao seu favor (SILVA *et al.*, 2017). Ademais, salvo em casos de perigo de morte, o médico designado perito não fará interferências quanto a diagnósticos e terapêuticas propostas pelo médico assistencial do periciado, apenas coletará as informações para produzir as provas solicitadas por uma autoridade, porém sempre com o emprego do respeito, cordialidade e livre de julgamentos morais (SILVA *et al.*, 2022). **Conclusão:** Portanto, de acordo com os aspectos abordados e embasados pelos princípios éticos que englobam a relação médico-paciente, é possível

entender que eles se mantêm presentes e necessários em qualquer aspecto que abrange a conduta do profissional médico, ainda que em papel de perito. O que ocorre na relação médico-periciando, que difere da função do profissional em questão em outras áreas, é em revelar as informações necessárias para a comprovação da necessidade ou não do benefício ao ver do especialista. Nesse sentido, o perito deve ser experiente, bem-intencionado e ímpar em sua conduta, sem ferir os princípios éticos da sua profissão.

Palavras-chave: relação; médico-periciado; médico-paciente.

fabiana1.bom@hotmail.com

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo Henrique Rodrigues de. Aspectos bioéticos da perícia médica previdenciária. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 277-298, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3615/361533255018.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.

LISE, Michelle Larissa Zini *et al.* Isenção e autonomia na perícia médica previdenciária no Brasil. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 21, n. 1, p. 67-74, 2013. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/680/857](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/680/857). Acesso em: 01 maio 2023.

MIZIARA, Carmen Silvia Molleis Galego. Confidencialidade em Perícia Médica. **Laborativa**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 70-72, out. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/233142280>. Acesso em: 01 maio 2023.

ROCHA, Bruno V. *et al.* Relação Médico-Paciente. **Revista do Médico Residente**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 114-118, 2011. Disponível em: <http://crmpr.org.br/publicacoes/cientificas/index.php/revista-do-medico-residente/article/view/8>. Acesso em: 01 maio 2023.

SILVA, Ângela Tartuce Gomes da *et al.* Relação Médico-Paciente e Relação Perito-Periciando: diferenças e semelhanças. **Saúde, Ética & Justiça**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 50, 10 jun. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/142268/137465>. Acesso em: 01 maio 2023.

SILVA, Caio Gibaile Soares *et al.* Perspectivas éticas e legais em perícias de psiquiatria forense. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 346-354, jun. 2022. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/2924/2884](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/2924/2884). Acesso em: 01 maio 2023.

## TABAGISMO: UMA REVISÃO DE SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTANTE E NO FETO

COLLA, L. C. S.<sup>1</sup>; RECK, N.<sup>1</sup>; MARCON, E. S.<sup>1</sup>; MEIRA, G. P. A.<sup>1</sup>; SASSI, R. E.<sup>1</sup>; DEBIASI, M. M.<sup>2</sup>; MELLO, R. O.<sup>2</sup>; MARQUES, R.R.<sup>2</sup>; DEON, J. <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** O tabagismo é caracterizado pela dependência física e psicológica do consumo de nicotina, substância presente no tabaco, que causa inúmeras consequências para a vida humana. Esse hábito, quando reproduzido por uma gestante, é ainda mais alarmante, pois os perigos dobram e passam a atingir duas vidas: a da mãe e a do feto em desenvolvimento. A incidência do consumo de tabaco por mulheres grávidas é um fator preocupante e configura um problema de saúde pública. **Objetivo:** Descrever os efeitos teratogênicos do uso do tabaco durante o período gravídico, bem como as consequências do tabagismo, ativo e/ou passivo, para a gestante. **Metodologia:** Revisão bibliográfica a partir da seleção de artigos encontrados nas plataformas SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando-se os termos “tabagismo”, “gravidez” e “desenvolvimento fetal”, no período de 2004 a 2023. Foram analisados 26 artigos referentes ao assunto e selecionados os 12 mais pertinentes para a elaboração deste estudo. **Resultados:** Os componentes químicos do tabaco comprometem diretamente o sistema imunológico, fato esse que pode estar relacionado ao alto índice de abortos em gestantes fumantes (LEOPÉRCIO; GIGLIOTTI, 2004). A nicotina se apresenta como principal componente responsável pelo retardo no crescimento fetal, consequência essa gerada pela vasoconstrição dos vasos do útero e da placenta. Ademais, o monóxido de carbono possui ação tóxica no sistema nervoso do feto, o que pode causar lesões neurológicas temporárias e/ou permanentes. O contato com o tabaco no período fetal pode acarretar problemas futuros como distúrbios neuromotores, asma, sobrepeso e obesidade (TACON; AMARAL; TACON, 2017), além de promover a suscetibilidade a aterosclerose, diabetes, alterações na cognição, comprometimento sexual e menor crescimento em estatura, quando comparados aos filhos de mães não fumantes (MASSAGO; DWORAK, 2018). O consumo frequente dessas substâncias causa diversos outros problemas, como anemia e desidratação (MACHADO; LOPES, 2009), correlacionando também vômitos, sonolência e baixo peso na criança (SÉ; AMORIM, 2009). Além disso são relatados problemas na placenta devido à falta de nutrientes (englobando desde ectopias até abortos espontâneos) e alterações no funcionamento e desenvolvimento do sistema respiratório. **Conclusão:** O tabagismo afeta e causa diversos malefícios à saúde da mulher grávida e ao feto em desenvolvimento. Desse modo, é necessário o acompanhamento gestacional por profissionais da saúde qualificados para promover o cessamento desse hábito durante o período gestacional.

Palavras-chave: tabagismo; gravidez; desenvolvimento fetal.

gabriela.pam@outlook.com

## REFERÊNCIAS

LEOPÉRCIO, Waldir; GIGLIOTTI, Analice. Tabagismo e suas peculiaridades durante a gestação: uma revisão crítica. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, [s. l.], v. 30, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/HHZjMtmVLtHSCtbLYVSqRzP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MACHADO, Júlia Barros; LOPES, Maria Helena Itaqui. Abordagem do tabagismo na gestação. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 75-80, abr./jun. 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277150580\\_Approach\\_of\\_smoking\\_in\\_pregnancy\\_Abstract\\_in\\_English](https://www.researchgate.net/publication/277150580_Approach_of_smoking_in_pregnancy_Abstract_in_English). Acesso em: 14 mar. 2023.

MASSAGO, Miyoko; DWORAK, Elaine Schultz. Efeitos transgeracionais do tabagismo materno durante a gestação e amamentação. **Infarma: Ciências Farmacêuticas**, Maringá, v. 30, p. 44-49, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path%5B%5D=2273&path%5B%5D=pdf> . Acesso em: 14 mar. 2023.

SÉ, Carla Coutinho Sento; AMORIM, Wellington Mendonça de. Ações de enfermagem frente às implicações clínicas do tabagismo na saúde da mulher. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 1-18, fev. 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-69762009000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762009000100005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 mar. 2023.

TACON, Fernanda Sardinha de Abreu; AMARAL, Waldemar Naves do; TACON, Kelly Cristina Borges. Tabagismo e gravidez: influência na morfologia fetal. **Femina**, Anápolis, p. 197-201, 02 out. 2017. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/02/1050122/femina-2018-463-197-201.pdf> . Acesso em: 14 mar. 2023.

## VIOLAÇÃO DO SIGILO MÉDICO NA CRIMINALIZAÇÃO DA MULHER EM CASOS DE ABORTO AUTOPROVOCADO NO BRASIL

RODRIGUES, A. C.<sup>1</sup>; SPIASSI, F.<sup>1</sup>; CENI, K. M.<sup>1</sup>; BONAMIGO, E. L.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

**Introdução:** A confidencialidade e o respeito à privacidade constituem preceitos morais tradicionais das profissões de saúde, sendo o sigilo médico visto como um mandamento universal das relações médico-paciente. Nesse contexto, o rompimento do sigilo médico em casos suspeitos de aborto ilegal suscita discussões éticas e jurídicas. **Objetivo:** Evidenciar questões éticas e jurídicas na violação do sigilo médico em casos de aborto autoprovocado, além da licitude da criminalização da mulher e as implicações emocionais em sua vida. **Metodologia:** Foram pesquisados artigos científicos na plataforma Google Acadêmico, publicados entre 2015 e 2022, utilizando os descritores “sigilo médico” ou “sigilo profissional” e “aborto” ou “abortamento” no título. **Resultados:** Foram encontradas nove referências, das quais 4 foram utilizadas para essa revisão. Diante das dificuldades em consolidar um posicionamento ético e jurídico harmonioso, o aborto no Brasil submete diversas mulheres a situações de insegurança e risco de morte por conta das práticas clandestinas (SILVA, 2020). Apesar da proibição de revelar segredo profissional, nos termos do art.154 do Código Penal, bem como da proibição de noticiar crime que exponha o cliente a procedimento criminal, nos termos do art. 66 da Lei de Contravenção Penal, os médicos continuam a denunciar as mulheres que chegam em situação de aborto (CAETANO, 2017). Ocorre que essa possibilidade (quebrar o sigilo e não expor a gestante a denúncia criminal) é limitada/restrita, vez que, em muitos casos, a partir das violações do sigilo se está a instruir, justamente, uma investigação de crime de aborto (ARAGÃO, 2020). A maioria das mulheres criminalizadas por aborto ilegal recebem atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e possuem um perfil repetitivo: pobre, pouco instruída, moradora de periferia. Contudo, este não é necessariamente o perfil das mulheres que fazem aborto, mas sim o perfil das mulheres que são presas por terem feito aborto (ARGUELLO; PRATEANO, 2022). O atendimento médico recebido pelas mulheres em situação de abortamento evidencia a existência de abusos, maus tratos e violência física e psicológica, mesmo nos casos onde o aborto é espontâneo ou comportado pelas hipóteses de aborto legal, sendo a abertura de processos injustos uma dupla penalização da mulher que sofre o aborto, uma vez que ela já experimentou a dor e a angústia de perder um filho e deverá ainda responder por um crime que não cometeu (CAETANO, 2017). **Conclusão:** As mulheres, em sua maioria debilitadas e em vulnerabilidade social, têm medo de serem incriminadas ao procurarem atendimento após complicações por um aborto inseguro. O médico, por sua vez, pode se ver diante de um conflito entre seus preceitos morais e ética profissional. Entretanto, cabe destacar que a denúncia do crime de aborto realizada pelo próprio médico que atendeu a paciente evidencia violação do sigilo médico e a obtenção de prova nestas

circunstâncias implicará sua ilicitude. O médico possui amparo legal ao manter o sigilo e estar consciente disso é fundamental para que o mesmo não cometa erros que possam trazer sanções para ele e traumatizem, ainda mais, a mulher que passa por um momento de sofrimento.

Palavras-chave: aborto induzido; confidencialidade; médico; direitos da mulher.

alanaebelinha2@gmail.com

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Suélyn Mattos de. Abortamento criminoso, prova penal e sigilo médico: uma análise transdisciplinar. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 9, n. 2, p. 182-207, 2020. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/591/746>. Acesso em: 1 nov. 2022.

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; PRATEANO, Vanessa Fogaça. Cuidar ou delatar? A violação do sigilo do prontuário médico na criminalização de mulheres por aborto autoprovocado no Estado do Paraná (2017 a 2019). **Direito Público**, v. 18, n. 100, 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5962/pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

CAETANO, Amanda De Oliveira. **Uma análise acerca da violação do sigilo médico em casos de abortamento a partir de precedentes do tribunal de justiça de São Paulo**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP, Brasília, DF, 2017. Disponível em: [https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/2437/1/ARTIGO\\_Amanda%20de%20Oliveira%20Caetano\\_2017.pdf](https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/2437/1/ARTIGO_Amanda%20de%20Oliveira%20Caetano_2017.pdf). Acesso em: 1 nov. 2022.

SILVA, Adriano Pedro da. **O Sigilo Médico Diante da Tutela ao Direito da Intimidade no Crime de Aborto**. 2020. Artigo (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Gama, DF, 2020. Disponível em: [https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/406/1/Adriano%20Pedro%20da%20Silva\\_0000607.pdf](https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/406/1/Adriano%20Pedro%20da%20Silva_0000607.pdf). Acesso em: 27 out. 2022.

